

O AUTOCONCEITO EM CRIANÇAS E PRÉ-ADOLESCENTES NUMA AMOSTRA DE FAMÍLIAS DE ORIGEM E FAMÍLIAS DE ACOLHIMENTO

Monografia final de curso

2009

Bárbara Casimira Lopes da Silva
Universidade Fernando Pessoa, Porto (Portugal)

Email:

barbara_casemira@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objectivo principal conhecer um pouco mais a realidade psicológica de crianças que vivem em famílias de acolhimento, através do estudo do Autoconceito que constitui um constructo de elevada importância na formação da personalidade dos indivíduos. Para a avaliação do Autoconceito, utilizou-se a Escala de Autoconceito 'Como é que eu sou' para crianças e pré-adolescentes, adaptada por Costa (s/d), a partir da adaptação portuguesa, por Martins, Peixoto, Mata e Monteiro (1995), da Escala de Autoconceito e Auto-Estima para crianças e pré-adolescentes de Susan Harter. A população do estudo é constituída por crianças que vivem em famílias de acolhimento e em famílias de origem. Os participantes constituíram uma amostra de 58 crianças, com idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos ($M=9,52$), das quais 30 eram oriundas de famílias de acolhimento e 28 de famílias de origem. Os resultados obtidos parecem indicar que apenas se verificam diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de crianças na sub-escala relativa à Auto-Estima, apresentando as crianças que vivem em famílias de origem uma maior auto-estima do que aquelas que vivem em famílias de acolhimento. Contrariamente aos resultados provenientes da literatura analisada, não se verifica a existência de diferenças significativas entre os dois grupos de crianças, nas restantes sub-escalas do Autoconceito. Quanto à diferença entre géneros, e de acordo com a literatura, parecem existir diferenças estatisticamente significativas na sub-escala relativa à competência atlética, apresentando os indivíduos do sexo masculino um maior autoconceito do que os indivíduos do sexo feminino. No entanto, e contrariamente à literatura, não foram encontradas outras diferenças estatisticamente significativas entre os géneros.

Palavras-chave: Autoconceito, auto-estima, família, vinculação

CAPITULO I

Introdução Geral

O trabalho com crianças é sem dúvida muito enriquecedor e gratificante, pois estes são seres puros e a sua inocência faz com que não queiramos admitir que muitas crianças possam passar por situações de tal modo traumatizantes e incapacitantes ao nível psicológico, que possam ser causadas por pessoas que deviam protegê-las e com os quais mantêm uma relação de vinculação.

Assim sendo, quando se pensa em crianças, pensa-se no sorriso e na felicidade contagiante que acabam por transmitir onde quer que estejam. No entanto, este cenário nem sempre é possível, pois existem muitas crianças expostas diariamente a episódios de risco e perigo que põem em causa o seu saudável desenvolvimento (Gil, 2006).

E é do trabalho com estas crianças, que são diariamente expostas a situações de risco, que resulta o crescente interesse nesta problemática social que envergonha sociedades que se dizem desenvolvidas, que são incapazes de conseguir proporcionar a *todas* as crianças, o mínimo de condições necessárias para que cresçam e se desenvolvam positivamente a todos os níveis.

Um salutar desenvolvimento é resultado de um leque de experiência de afecto, normas, condutas e orientações que ajudam a alicerçar a personalidade (Brazelton & Greenspan, 2002).

As situações de risco surgem sob variadíssimas formas, nomeadamente, abandonos, rejeições, maus-tratos, abusos, entre outros, sendo que o culminar deste tipo de situação, na melhor das hipóteses (sempre que há detecção atempada dos casos), pode consistir em retirar a(s) criança(s) da sua família de origem e na sua colocação em famílias de acolhimento.

As crianças que vivem em famílias de acolhimento, podem apresentar algumas perturbações do comportamento, da afectividade e do desenvolvimento em geral que as tornam um pouco mais complexas de educar, sendo todas estas situações de alguma forma explicadas pela sua história de vida. Não há dúvidas de que um ambiente que não satisfaça as necessidades da criança, pode provocar efeitos negativos no seu desenvolvimento (Coutinho, 2004; Gil, 2006).

Ao longo deste estudo serão abordados alguns conceitos teóricos importantes para a compreensão da problemática em questão que têm que ver com aspectos relacionados com a vinculação, o autoconceito, a família e as teorias explicativas da personalidade, nomeadamente a psicanalítica.

O principal objectivo deste estudo de investigação consiste em conhecer um pouco mais a realidade psicológica das crianças que se encontram integradas numa família de acolhimento,

retiradas das famílias de origem ou famílias biológicas pelas mais variadíssimas motivações, mas nunca por boas práticas educativas.

Para isso, pretende-se avaliar quais as consequências que a vivência menos positiva na família de origem pode ter numa área tão importante como é o autoconceito destas crianças, que constitui uma peça chave da sua personalidade.

Como é salientado por Guralnick (1997, *cit. in* Coutinho, 2004, p.55):

“Os resultados que a criança alcança, em termos de desenvolvimento, são grandemente dependentes dos padrões de interação familiares dos quais a qualidade das interações pais-criança, o tipo de experiências e vivências que a família proporciona à criança, bem como aspectos relacionados com os cuidados básicos em termos de segurança e saúde, surgem como particularmente determinantes”.

Por outro lado, é de destacar a importante contribuição das famílias de acolhimento na “reconstrução” e ajustamento de uma imagem familiar favorável, bem como da importância do restabelecimento de laços afectivos com pessoas significativas.

São enormes as vantagens da integração de crianças e jovens em famílias de acolhimento, em comparação com outros tipos de integração institucional, sendo necessário reflectir no importante papel que estas têm no desenvolvimento das mesmas.

Com o objectivo de verificar se existem diferenças entre o autoconceito das crianças que vivem em famílias de acolhimento e em famílias de origem, procedeu-se à avaliação do autoconceito das mesmas através da escala de autoconceito “Como é que eu sou” (adaptação à população portuguesa por Costa, s/d).

Pretendeu-se ainda verificar se existem diferenças entre géneros nos dois tipos de famílias.

É de destacar que os resultados encontrados derivam apenas da administração às respectivas crianças, da escala anteriormente referida e do questionário sócio-demográfico.

Desta forma, não se encontram contemplados aspectos que seriam uma mais valia para o presente estudo, tais como: o tempo de acolhimento do grupo de crianças que vivem em famílias de acolhimento; a avaliação do funcionamento das famílias de acolhimento e das famílias de origem, no que se refere à sua funcionalidade (famílias funcionais vs. famílias disfuncionais) que poderão estar a ter influência no actual autoconceito das crianças de ambos os tipos de família. Um outro aspecto tem que ver com a presença ou ausência de mau-trato de crianças, em ambos os grupos, bem como do tipo de mau-trato, sempre que este esteja presente.

Os resultados deste estudo vieram demonstrar que, talvez devido às limitações do estudo anteriormente apresentadas, não existem grandes diferenças entre as crianças que vivem nos dois tipos de famílias, nas diferentes dimensões do autoconceito em estudo.

No entanto, são de salientar as diferenças entre os dois grupos no que se refere à auto-estima global, que acaba por ser a dimensão do autoconceito mais afectada no caso das crianças que vivem em famílias de acolhimento, possivelmente resultado da sua história de vida.

INTRODUÇÃO

Segundo várias investigações acerca da infância, esta é considerada uma fase muito importante para um saudável desenvolvimento da criança, pois é a fase mais vulnerável e mais crítica do desenvolvimento, sendo nesta etapa que se constituem as bases da vida psicológica necessárias ao desenvolvimento intelectual, emocional e moral (Brazelton & Greenspan, 2002, *cit. in* Rosinha, 2005).

Como parte integrante do desenvolvimento, deve salientar-se o importante contributo da Vinculação que a criança estabelece com os seus significativos, pois esta é a base, o suporte da personalidade que está a desenvolver-se em cada uma, e que fará destas crianças, adultos mais ou menos adaptados.

1. Perspectiva Psicodinâmica da Personalidade

A Teoria Psicanalítica de Freud parece-nos uma das mais importantes teorias, pois consegue conjugar e explicar a importância que o estabelecimento das relações mais precoces, têm na futura personalidade que a criança irá possuir.

Freud salienta que são principalmente os primeiros dois ou três anos de vida da criança, aqueles que têm uma maior importância na formação da sua personalidade (Freud, 1935, *cit. in* Berger, 2003). Para explicar este e outros aspectos, que se encontram intimamente ligados, o autor recorre às relações que se estabelecem entre pais e filhos. Mas mais do que esta relação, Freud dá grande importância à relação mãe-filho(a), pois para o mesmo, se a relação entre a mãe e a criança for inadequada, poderá provocar consequências muito negativas na vida futura da mesma (*ibid.*).

Freud formulou a sua teoria dos estádios do desenvolvimento da sexualidade nas crianças e nos adolescentes, sendo que a estes, segundo o mesmo, correspondem os estádios do desenvolvimento afectivo (Tran-Thong, 1987).

Os estádios na psicanálise, caracterizam-se por níveis de maturação pulsional a que correspondem determinado tipo de relações objectais, que ocorrem através de mecanismos específicos (*ibid.*).

Salienta-se o facto de que cada estágio em Freud, se constrói a partir das bases e das realizações alcançadas nos estádios anteriores (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003). No

entanto, em cada estágio a criança pode passar por frustrações (eg. fixações e regressões) que, quando mal resolvidas, podem ter consequências duradouras.

A afectividade tem a sua origem na energia instintiva e de natureza libidinal que vai procurar o prazer e a satisfação através do investimento em diferentes objectos, nomeadamente, os objectos humanos, mostrando, ao longo do tempo e cada vez mais, a sua natureza sexual (Tran-Thong, 1987). Segundo o mesmo autor (1987, p.136), “o carácter dum indivíduo é assim determinado pelo seu passado evolutivo que consiste essencialmente num desenvolvimento da afectividade”.

Actualmente sabe-se que no desenvolvimento da relação mãe-criança, podem ocorrer problemas e dificuldades, que podem trazer consigo consequências bastante graves para a criança, pois a mesma poderá não conseguir realizar algumas aquisições ou, pode fazê-lo de uma forma deficiente, caso a relação proporcionada não seja de aceitável qualidade (Diniz, 1997).

Diniz (1997, p.22) salienta que a qualidade desta relação é o resultado da “regularidade e estabilidade, o que implica não alguns meses, mas porventura muitos anos de disponibilidade material e afectiva da parte dos mesmos adultos para com a mesma criança”.

É também essencial referir que quando a criança é devidamente saciada no que diz respeito às suas necessidades, consegue ver nos outros a capacidade de a amarem e sente necessidade de retribuir esse sentimento, retirando desta relação uma representação de si e dos outros bastante positiva (ibid.).

De seguida, e para uma melhor compreensão dos pressupostos psicanalíticos até agora apresentados, será apresentada a teoria psicosexual de Freud. Esta teoria divide-se em cinco fases psicosexuais, referentes à fase oral, anal, fálica, de latência e genital. A seguinte descrição das fases psicosexuais será descrita através de Papalia, Olds e Feldman (2001).

No que se refere à fase oral, é de destacar que esta ocorre desde o nascimento até aos 12-18 meses de idade. Nesta fase as crianças têm como principal fonte de prazer as actividades relacionadas com a boca, nomeadamente a alimentação e sucção.

Na fase anal, que decorre desde os 12-18 meses até aos 3 anos, a criança tem como principal gratificação as actividades de retenção e expulsão das fezes.

Na fase fálica que se dá desde os 3 aos 6 anos de idade, a criança mantém uma ligação mais forte com a figura parental do sexo oposto, sendo que mais tarde se identifica com o do mesmo sexo. A área genital, é nesta fase a zona de gratificação.

Na fase de latência, que decorre desde os 6 anos de idade até à puberdade, dá-se um tempo de algum abrandamento das pulsões entre fases mais agitadas.

Na fase genital, que vai desde a puberdade até à idade adulta, dá-se o reaparecimento das pulsões sexuais e a maturação da sexualidade adulta.

2. Outros Contributos Importantes

2.1. Teoria da Vinculação

A teoria da Vinculação traz consigo a ênfase absoluta nas necessidades de conforto e segurança da criança, ou seja, defende que as necessidades humanas estão para além das necessidades fisiológicas (Gleitman, 1999).

Foi por volta de 1950 que John Bowlby começou a desenvolver a teoria da vinculação e das perturbações da vinculação (Rygaard, 2006). A teoria de Bowlby remete-nos para a relação existente entre a privação ou perda da mãe e o conseqüente desenvolvimento do indivíduo (Canavarro, 1999).

Para Bowlby a vinculação desenvolve-se nos primeiros anos de vida com o objectivo “de aumentar as hipóteses de protecção e de sobrevivência do lactente” (Rygaard, 2006, p.30). Esta protecção que é salientada pelo autor tem que ver com a existência de uma proximidade física e de contacto entre a mãe e a criança no início da sua vida. Caso este contacto não ocorra, poderão aparecer na criança alguns sintomas que são característicos desta situação, sendo que esta poderá desenvolver, posteriormente, uma série de reacções e comportamentos invulgares (ibd.).

Segundo alguns estudos, a expressão e a compreensão das emoções por parte das crianças em idade pré-escolar, vão sendo alteradas e encontram-se relacionadas com as interacções que estas estabelecem com as figuras parentais durante a primeira e a segunda infâncias (Veríssimo *et al.*, 2003).

Existe assim, uma relação bem definida entre a vinculação nas crianças e as características que as mesmas apresentam anos mais tarde, sendo que pode concluir-se que há uma inter-relação entre o desenvolvimento emocional, cognitivo e físico nas mesmas (Papalia, Olds & Feldman, 2001).

Mas torna-se necessário reflectir acerca da efectiva presença de uma “mãe”, pois como foi demonstrado por Pikler (s/d, *cit. in* Vayer & Roncin, 1988) a presença da mãe biológica não é fundamental no desenvolvimento da criança, pois é o sentimento de segurança que é importante. O mesmo autor observou na sua creche que as crianças sem pais, graças à relação personalizada entre a ama e o bebé, não apresentavam problemas comportamentais (ibd.).

É claro para todos, que “quanto mais segura for a vinculação da criança ao adulto que dela cuida, mais fácil parece ser para a mesma, por fim, tornar-se independente desse adulto e desenvolver boas relações com os outros” (Papalia, Olds & Feldman, 2001, p.251).

A relação de vinculação funciona como que um porto de abrigo em alturas problemáticas e como uma base segura que propicia a exploração do meio envolvente, em alturas mais pacíficas (Canavarro, 1999).

Bowlby refere que os bebés não estabelecem uma vinculação com uma pessoa significativa porque necessitam de comida ou calor, mas sim porque sentem necessidades sociais de contacto com um adulto, que é normalmente a mãe (Gleitman, Fridlund & Reisberg, 2003).

No entanto, não são apenas as necessidades sociais que explicam a vinculação, pois o medo inato do desconhecido que está presente em quase todos os mamíferos, é também um importante factor explicador da génese da vinculação (ibd.). Segundo o mesmo autor, o medo inato do não-familiar tem como finalidade a preservação da sobrevivência, sendo este que produz a vinculação que se caracteriza essencialmente pela sensação de segurança, conforto e refúgio.

Bowlby (1973, *cit. in* Canavarro, 1999), defende que se a criança confia no constante suporte da figura de vinculação, terá menos probabilidades de apresentar medo e ansiedade crónica. Refere ainda que a confiança depende da vinculação estabelecida na infância, sendo que as expectativas que dela derivam permanecerão ao longo de toda a vida. Sendo assim, as expectativas relativas ao suporte da figura de vinculação irão influenciar as posteriores relações afectivas.

A necessidade de estar sempre perto dos pais é tão intensa na criança, que pode ocorrer mesmo quando a ameaça não é exterior, ou seja, quando é o resultado da interacção com os mesmos (Gleitman *et al.*, 2003). Quando, por exemplo, uma criança é maltratada pelos pais, pode tornar-se ainda mais dependente e unida a estes do que anteriormente, na medida em que “os pais provocaram o medo, mas é deles que a criança se aproxima procurando segurança” (Gleitman, *et al.*, 2003, p.788).

No que diz respeito a possíveis desigualdades entre a vinculação que a criança estabelece com a mãe e com o pai, parecem não haver diferenças entre a vinculação que a criança estabelece com os seus progenitores. Como se concluiu através de alguns estudos onde foi retratada a experiência da Situação Estranha, as crianças estabelecem a vinculação com a mãe e com o pai quase simultaneamente e de uma forma duradoura (Pipp, Easterbrooks & Brown, 1993, *cit. in* Gleitman *et al.*, 2003). No entanto, embora as crianças estabeleçam a vinculação com ambos os progenitores, alguns estudos referem que existem nítidas diferenças quanto às suas características, pois a mãe é procurada para satisfazer necessidades de segurança e de conforto, enquanto que o pai é procurado para satisfazer necessidades mais lúdicas (Clarke-Stewart, 1978, *cit. in* Gleitman *et al.*, 2003; Lamb, 1997, *cit. in* Gleitman *et al.*, 2003; Parke, 1981, *cit. in* Gleitman *et al.*, 2003).

Fox, Kimmerly e Schafer (1991, *cit. in* Canavarro, 1999), através da elaboração de uma meta-análise acerca da relação de vinculação ao pai e à mãe, puderam concluir que o padrão de vinculação a uma das figuras parentais, está dependente do padrão de vinculação ao outro

progenitor, sendo que há uma grande probabilidade das crianças apresentarem o mesmo padrão de vinculação com ambas as figuras parentais.

Existem diferentes padrões de vinculação, ou seja, diferentes formas organizadas pela própria criança, com o objectivo de gerir a ansiedade causada pela separação e a reunião das figuras de vinculação (Cicchetti *et al.*, 1995, *cit. in* Canavarro, 1999). Tendo como base as experiências realizadas por Ainsworth *et al.* (1978), relativas à Situação Estranha, Cicchetti e colaboradores realizaram um estudo que demonstrou que cerca de 70% das crianças apresentavam um comportamento de vinculação seguro (Padrão B) relativamente à sua mãe, 20% das crianças apresentavam um comportamento de vinculação inseguro-evitante (Padrão A) e as restantes crianças apresentavam uma vinculação de tipo inseguro-ansioso (Padrão C) (Canavarro, 1999).

Main e Solomon (1990, *cit. in* Canavarro, 1999) através da realização de outros estudos nesta área puderam constatar e identificar um quarto padrão de vinculação que denominaram por desorganizado (Padrão D) e que se refere a comportamentos contraditórios e estereotipados.

O estilo de vinculação, vai então levar a que a criança elabore um conjunto de expectativas acerca de si, dos outros e do mundo que correspondem aos padrões de relação que esta estabeleceu com os seus progenitores (Rodrigues *et al.*, 2004). Este tipo de representações são designadas por Bowlby por “*Working Models*”, sendo que este os descreve como sendo representações mentais, que podem ser conscientes ou não, acerca do mundo e de si mesmo e que ajudam o indivíduo a perceber os acontecimentos e a antever e traçar planos para o futuro (Bowlby, 1973, *cit. in* Rodrigues *et al.*, 2004).

Os mesmos autores defendem que os referidos modelos são vistos como de extrema importância na elaboração de interpretações e previsões de comportamentos, bem como muito influentes na regulação de comportamentos de vinculação, muito resistentes à mudança e muito influentes no comportamento da vida adulta.

Desta forma, Bowlby (1973, p.379) defende que:

“No variables have more far-reaching effects on personality development than a child's experiences within the family. Starting during his first months in his relation to both parents, he builds up working models of how attachment figures are likely to behave towards him in any of a variety of situations, and on all those models are based all his expectations, and therefore all his plans, for the rest of his life”.

O mesmo autor explica que a separação precoce da mãe poderá provocar uma perturbação da vinculação na criança, sendo que esta poderá levar a que a mesma se torne emocionalmente bastante insegura no futuro (Rygaard, 2006).

Rygaard (2006) refere como comportamentos que podem desenvolver-se nestas crianças: 1. Comportamento anti-social na infância: incluindo a primeira infância, nomeadamente, situações

de impulsividade, agressividade, vagabundagem, culpabilidade, entre muitos outros; 2. Comportamentos de Vinculação não selectiva, ou seja, não manifesta diferenças entre a vinculação que estabelece com pessoas familiares e pessoas estranhas (o seu comportamento a este nível, é característico de uma criança de 6 a 12 meses) e as suas relações são breves e superficiais.

Para algumas crianças, o facto de terem sofrido traumatismos muito precocemente pode implicar que existam outros problemas associados, designadamente: perturbações de *stress* pós-traumático; perturbação de hiperactividade com défice de atenção; e/ou autismo institucional (isto é, estado de introversão extrema devido à negligência) (Ibd.).

Tal como é referido por Santos (2004), o meio ambiente onde a criança se encontra é fundamental, na medida em que a escassez de recursos importantes para o desenvolvimento da mesma, impedirá que esta possa desenvolver todas as suas potencialidades.

2.2. Hierarquia das Necessidades de Maslow

Abraham Maslow, representa o movimento humanista e como todos os humanistas apresenta uma concepção da motivação humana totalmente diferente da que é apresentada pelos psicanalistas e pelos comportamentalistas (Gleitman *et al.*, 2003).

Maslow (1970) e mais tarde, Abrunhosa & Leitão (1998), referem que sempre que as necessidades básicas estão satisfeitas, voltam a emergir novas necessidades, cada vez mais “elevadas” sendo esta a razão que o levou a classificar as necessidades humanas de forma hierárquica.

Segundo Maslow (s/d), a pirâmide é preenchida na sua base através da satisfação das necessidades fisiológicas (alimento, água e oxigénio), seguida das necessidades de segurança (conforto, ausência de medo), de pertença e amor (afiliação, aceitação e pertença), de estima (competência, aprovação e reconhecimento), cognitivas (conhecimento, compreensão e inovação), estéticas (simetria, ordem e beleza) e por último as necessidades de auto-actualização e as experiências-limite (Gleitman *et al.*, 2003).

Na base da pirâmide, Maslow (1970), colocou as necessidades fisiológicas que levam o indivíduo a procurar incessantemente a homeostase, sendo que apenas quando estas se encontram satisfeitas é que o mesmo se encontra motivado para que possa emergir uma nova categoria de necessidades, denominadas de segurança (estabilidade, dependência, protecção). Estas são classificadas também como fisiológicas, por muitos autores. Maslow (1970, p.18) concorda com esta classificação já que refere que “*The organism may equally well be wholly dominated by them*”.

Depois das necessidades anteriores estarem satisfeitas, surge a necessidade de Amor e Pertença, sendo que o autor refere que:

“Any good society must satisfy this need, one way or another, if it is to survive and be healthy. In our society the thwarting of these needs is the most commonly found core in cases of maladjustment and more severe pathology” (Maslow, 1970, p.20-21).

De seguida surgem as necessidades que se encontram no pico desta hierarquia, nomeadamente, as necessidades de Estima e de Auto-actualização (Maslow, 1970), que cada vez mais, na sociedade actual são um objectivo a alcançar por grande parte das pessoas.

Esta teoria veio proporcionar importantes contributos, na medida em que desta forma se torna mais fácil compreender que a satisfação das necessidades básicas, que são aquelas que estão presentes ao longo da primeira fase do desenvolvimento, ou seja, da infância, são essenciais para o bem-estar dos indivíduos (Brazelton & Greenspan, 2002), pois vão dar lugar ao surgimento das necessidades de estima (que serão analisadas posteriormente).

Como já foi anteriormente salientado, aquando da exposição da teoria da vinculação, a satisfação da necessidade de conforto e segurança é sem dúvida um dos mais fortes alicerces da personalidade, pois apenas após a sua satisfação, o individuo se encontra em posição de procurar satisfazer outros tipos de necessidades e objectivos de vida, isto é, de evoluir psicossocialmente.

CAPITULO II

1. Introdução ao Autoconceito

Através da revisão da literatura efectuada, pode constatar-se que a definição e delimitação do autoconceito não é consensual, na medida em que existe alguma falta de integração e de acordo entre as diferentes abordagens, quanto a este conceito (Carapeta & Viana, 2001).

Shavelson e colaboradores (1976, *cit. in* Shavelson & Bolus, 1982), desenvolveram um modelo multidimensional e hierárquico, através do qual o autoconceito é definido através das sete características a seguir mencionadas: 1) é organizado ou estruturado, ou seja, as pessoas organizam a informação (acerca de si e dos outros) a que têm acesso através de categorias; 2) é multifacetado; 3) hierárquico, ou seja, parte de percepções acerca do comportamento até inferências em diferentes áreas, como a área académica e não-académica e inferências sobre si em geral; 4) é estável; 5) o autoconceito começa a ser cada vez mais multifacetado, no desenvolvimento do indivíduo da infância até à fase adulta; 6) tem uma dimensão descritiva e avaliativa de si; 7) pode ser diferenciado de outros constructos.

O autoconceito apresenta-se assim como um conceito multidimensional que pode facilitar a promoção de outros factores da personalidade (Veiga, 1995). Este conceito constitui, um dos núcleos da personalidade e da existência, na medida em que vai influenciar os pensamentos, os sentimentos e os comportamentos dos indivíduos (Rosemberg, 1965, *cit. in*, 2005).

Como é referido por Faria (2003), a importância do autoconceito está relacionada com um maior bem-estar ao nível psicológico e com uma melhor qualidade de vida dos mesmos, sendo essencial desenvolver o autoconceito como forma de promover a realização dos indivíduos em diferentes contextos da vida.

Wells e Marwell (1976, *cit. in* Serra, 1988, p.102), defendem que o autoconceito “sendo inferido ou construído a partir de acontecimentos pessoais, tem a vantagem de permitir descrever, explicar e predizer o comportamento humano e fazer uma ideia de como o indivíduo se concebe e considera a si próprio”.

O autoconceito é então definido basicamente como “o conhecimento que o indivíduo tem de si” (Sisto, Bartholomeu, Rueda & Fernandes, 2004, p.68), tendo a sua origem nas fases mais prematuras do desenvolvimento, sendo que é influenciado por todos os factores positivos ou negativos que aí ocorram, e influencia a personalidade e o desenvolvimento posterior dos indivíduos.

Segundo Balcázar (1996, *cit. in* Manjarrez & Nava, 2002), o autoconceito vai sendo desenvolvido ao longo de cada etapa do desenvolvimento, sendo que é muitas vezes modificado devido a diferentes experiências vivenciadas pelo indivíduo.

Segundo vários autores, o autoconceito e o auto-conhecimento desenvolvem-se a partir da influência das vivências em diferentes contextos de vida, sendo de destacar o contexto da família (que será posteriormente abordado), da escola, do grupo de pares e do contexto desportivo, assim como das avaliações nesses contextos e das avaliações que as pessoas mais significativas fazem acerca de si (Faria, 2005).

Wells e Marwell (1976, *cit. in* Serra, 1986), defendem que a forma como cada indivíduo se percebe vai determinar as suas relações interpessoais, os objectivos que traça, as tensões de foro emocional que apresenta e o modo como se irá perceber subsequentemente.

2. Definição de Autoconceito

O autoconceito começou a ser estudado por variados autores, dado o seu grande contributo no desenvolvimento excelente ou desajustado do indivíduo em diferentes contextos da sua vida (Manjarrez & Nava, 2002).

Tal como é defendido por Fitts (1972, *cit. in* Serra, 1988, p.104) através do desenvolvimento de um grande número de trabalhos nesta área, o autoconceito “é sensível ao bom ou ao mau ajustamento geral da pessoa, aos distúrbios da personalidade, aos transtornos neuróticos ou psicóticos”, daí o crescente interesse pelo estudo deste conceito.

Não existe muita congruência, na literatura, quanto à consideração do autoconceito como “traço” ou como “estado”, o mesmo se verificando relativamente à sua uni ou multidimensionalidade (Martins, 1999; Veiga, 1995).

Serra (1988) salienta como constituintes do autoconceito: as auto-imagens, que derivam das observações sobre si próprio; a auto-estima; o autoconceito real e o ideal, encontrando-se entre estes dois o indicador de auto-aceitação do indivíduo; as identidades, que são o reflexo do conteúdo e organização da sociedade e as identidades prescritas que se referem à prescrição de identidades por parte de uma pessoa a outra.

Harter (s/d, *cit. in* Funk *et al.*, 2000) define o autoconceito como resultando de avaliações acerca da nossa competência em qualquer área específica que decorra das fases de desenvolvimento.

Segundo Serra (1988), existem quatro componentes que ajudam a constituir o autoconceito, nomeadamente: 1) o modo como as outras pessoas observam o indivíduo, que vai provocar um fenómeno denominado “de espelho” que se caracteriza pelo facto dos indivíduos tenderem a observar-se da mesma forma que os outros o percebem a si; 2) a consciência que o indivíduo tem acerca do seu desempenho em diferentes situações; 3) a comparação entre o comportamento do indivíduo com o dos pares sociais; e por último 4) a avaliação do comportamento específico relativamente aos valores dos grupos normativos.

Parecem haver algumas confusões quanto às definições e delimitações dos conceitos de auto-estima e de autoconceito, sendo que por essa razão alguns autores utilizam ambos os termos de forma indiscriminada e outros, por sua vez, defendem que o autoconceito, a auto-imagem e a auto-estima são termos análogos (Yamamoto, 1972, *cit. in* Veiga, 1995).

Marsh (1993, *cit. in* Sisto, *et al.* 2004), defende que o autoconceito é diferente da auto-estima, pois o primeiro reúne componentes cognitivas, afectivas e comportamentais, sendo que o segundo representa apenas uma parcela desse conceito mais vasto. A parte cognitiva do autoconceito diz respeito a um conjunto de especificidades que o indivíduo utiliza para se descrever (mesmo que não sejam inteiramente verdadeiras) mas que orientam a vida do mesmo (Sisto, *et al.*, 2004). A parte afectiva encontra-se associada à definição de si próprio e é muitas vezes definida como a auto-estima (Coopersmith, 1967, *cit. in* Sisto, *et al.* 2004). A componente comportamental é notoriamente influenciada pela percepção (autoconceito) que o indivíduo tem de si próprio (Burns, 1979; Marsch, 1985, *cit. in* Sisto, *et al.*, 2004).

Relativamente à comparação com a auto-estima, é de salientar que esta é como que uma parte avaliativa e emocional do autoconceito, que pode ser definida como consequência dos julgamentos positivos ou negativos realizados pelo indivíduo, acerca de si próprio (Faria, Pepi & Alesi, 2004).

A auto-estima, tal como o autoconceito, resulta da qualidade do funcionamento familiar, ou seja, um bom relacionamento familiar, possibilita o desenvolvimento de sentimentos de competência e de valor, isto é, uma auto-estima positiva (Peixoto, 2004).

Valdez e Reyes (1992, *cit. in* Manjarrez & Nava, 2002), referem que o autoconceito pode ser definido como uma estrutura mental de índole psicossocial e que afecta outros aspectos, nomeadamente, afectivos, comportamentais e físicos de ordem real ou ideal, acerca do próprio indivíduo, que vão comprometer a sua acção relativamente ao meio interno e externo.

Wells e Marwell (1976, *cit. in* Veiga, 1995), defendem que o autoconceito deve ser encarado relativamente ao seu aspecto afectivo e avaliativo, onde o indivíduo analisando-se nestas duas dimensões, poderá obter um processo a que se chama auto-estima.

Burns (1986, *cit. in* Albuquerque & Oliveira, s/d), refere que o autoconceito deriva de imagens acerca do que pensamos que somos, acerca do que achamos que somos capazes de realizar e do que pensamos que os outros pensam acerca de nós, e ainda de como gostaríamos de ser.

Acerca deste assunto Shavelson *et al.* (1976, *cit. in* Shavelson & Bolus, 1982) referem que a percepção que provém da nossa experiência e as interpretações que provém do nosso meio são muito influenciadas por reforços e opiniões de pessoas significativas.

O autoconceito tem sido largamente estudado, sendo que muitos estudos têm chegado à mesma conclusão: o autoconceito é um conceito estável, pois mantém-se constante ao longo do tempo, podendo ser analisado como um “traço” da personalidade (Bachman & O’Malley, 1977, *cit. in* Veiga, 1995; Carlson, 1965, *cit. in* Veiga, 1995; Garcia, 1983, *cit. in* Veiga, 1995).

Outros autores defendem que o autoconceito deve ser entendido, tendo como base as variáveis situacionais, defendendo assim o autoconceito como “estado”. Relativamente a este assunto Martins (1999) e Sisto *et al.* (2004), defendem que cada contexto vai determinar alterações no autoconceito dos indivíduos.

Segundo Reuchin (1991, *cit. in* Faria, 2005) o autoconceito tem também uma dimensão preditiva de diferentes comportamentos em diferentes contextos.

Quanto à variável *idade*, é de salientar que segundo Harter (1999, *cit. in* Shapka & Keating, 2005), as crianças mais novas tendem a avaliar as suas habilidades e capacidades de uma forma dicotómica, ou seja, são boas e más ao mesmo tempo. Pelo contrário, as crianças mais velhas, tal como os adultos, avaliam-se através de um *continuum* que vai desde muito boas até muito más, como é salientado por Stipek e MacIver (s/d, *cit. in* Shapka & Keating, 2005).

Fontaine e Faria (1995) salientam que as crianças não se percebendo igualmente competentes em diferentes domínios, têm a capacidade de se avaliar globalmente relativamente à satisfação consigo próprias, pois esta avaliação está para além de avaliações específicas.

Harter (1996, *cit. in* Stevanato, Loureiro, Linhares & Marturano, 2003) salienta que as crianças são capazes de se auto-percepcionar e avaliar numa variedade de domínios, sendo que o número de domínios diferenciados vai aumentando com a idade.

Assim sendo, é de referir que as crianças mais novas percebem as suas capacidades como algo variável, ou seja, que poderá aumentar com o esforço e a dedicação, sendo que as crianças mais velhas, tal como os adultos, tendem a perceber a capacidade como algo estável (Nicholls & Miller, 1984, *cit. in* Martins, 1999).

De uma forma geral, o autoconceito é normalmente definido como a percepção do indivíduo acerca de diferentes aspectos da sua vivência, nomeadamente, os seus valores, as suas características físicas e história pessoal, em suma, podemos interpretar esta definição como sendo a impressão digital do indivíduo, onde tudo se traduz em algum “traço” mais ou menos acentuado (Bergner & Holmes, 2000).

3. Género e Autoconceito

O género é uma das variáveis mais estudadas quando se estuda o autoconceito, pois vai implicar diferentes expectativas relacionadas com a família, com a escola e com a sociedade em geral (Veiga, 1995).

Relativamente às diferenças de género, parece existir um consenso relativamente ao facto de que muitas das diferenças existentes, têm que ver especificamente com dimensões relativas aos estereótipos (Crain, 1996, *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Harter, 1999, *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Marsh, Craven & Debus, 1998, *cit. in* Shapka & Keating, 2005). Assim sendo, os indivíduos do sexo masculino tendem a apresentar um autoconceito físico mais elevado, sendo que os indivíduos do sexo feminino tendem a apresentar um elevado autoconceito em áreas mais sociais (Harter, 1999, *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Marsh, 1989, *cit. in* Shapka & Keating, 2005).

Pelo facto de se esperarem comportamentos diferentes por parte de ambos os sexos, poderão estas expectativas estar correlacionadas com o autoconceito? Alguns estudos têm demonstrado, que por exemplo, relativamente a expectativas escolares, é esperado um maior sucesso nos indivíduos do sexo masculino (Dowing, 1982, *cit. in* Veiga, 1995).

Outros estudos destacam que na interacção com os elementos do sexo feminino, os pais tendem a valorizar “os aspectos relacionais, o conformismo, a dependência, enquanto que para os rapazes, são enfatizados os aspectos cognitivos e encorajada a assertividade, a aquisição da independência e a criatividade” (Rebelo, 2004, p.54).

Desta forma, o desempenho de diferentes papéis na sociedade, vai influenciar as personalidades dos indivíduos de ambos os sexos, na medida em que o sexo masculino se encontra mais focalizado na realização de objectivos, inibindo as emoções, sendo que o sexo

feminino é notoriamente mais sensível, compreensivo e emotivo, valorizando os outros pelas suas qualidades pessoais (Lorenzi_Cioldi, 1994, *cit. in* Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003).

Segundo os resultados encontrados em recentes estudos, parecem existir diferenças significativas de autoconceito entre os dois sexos, sendo que são os elementos do sexo masculino aqueles que apresentam melhores níveis, quando a análise é realizada, percorrendo as suas dimensões específicas e não apenas o autoconceito global (Veiga, 1995).

Muitos estudos têm chegado à conclusão de que, relativamente às diferenças entre sexos, os autoconceitos vão sendo consecutivamente alterados por ambos os sexos (Shapka & Keating, 2005).

É assim de destacar que nas sociedades em que a pertença a um dos sexos é mais valorizada, é compreensível que os elementos pertencentes a esse grupo, apresentem maiores níveis de autoconceito, quando comparados aos do sexo oposto (Veiga, 1995).

Assim, a posição desfavorecida do sexo feminino pode ser atribuída “a expectativas tradicionais estereotipadas, partilhadas pelos homens e internalizadas pelas mulheres” (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003, p.216). Assim, quando escolhem conformar-se à norma do grupo sexual a que pertencem, as mulheres estão a contribuir para apresentarem uma baixa auto-estima.

4. Importância do Autoconceito no Desenvolvimento Psicológico das Crianças e Pré-Adolescentes

Allport (1966, *cit. in* Sisto, *et al.*, 2004), salienta que o autoconceito é muito influenciado pelas relações familiares, pois a interacção que se estabelece entre os pais e a criança, vão facultar a esta última a compreensão daquilo que é esperado dela e do seu comportamento.

O conceito que a criança tem de si é, em grande parte, resultado da sua experiência em casa, bem como da identificação com os seus pais ou adultos de referência. A investigação revela que as crianças que vivem em famílias intactas têm uma percepção mais positiva de si (Manjarrez & Nava, 2002).

Por sua vez, Coopersmith (1967, *cit. in* Sisto, *et al.*, 2004, p.68), refere também que “um ambiente com limites claros, disciplina, calor e afecto são favoráveis para a formação positiva do autoconceito”.

O suporte emocional e social que é proporcionado pelos pais encontra-se assim “positivamente associado com a percepção de competência, as relações com os pares e a motivação escolar” (Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004).

O autoconceito representa uma das estruturas da personalidade que tem uma relação directa com os modelos sociais do meio envolvente e com as experiências mais precoces do indivíduo (Manjarrez & Nava, 2002).

Sendo o autoconceito directamente influenciado pelas relações sociais e familiares, é de destacar que as crianças que se desenvolvem em ambientes emocionalmente adequados e recebem suporte das figuras de vinculação, constituirão conceitos adaptados de si, sendo que o inverso ocorre com as crianças que vivem em meios desfavoráveis ao seu desenvolvimento (Sisto, *et al.*, 2004).

Desta forma a relação que a criança estabelece com os seus pais, vai proporcionar-lhe a base essencial da sua auto-estima, bem como do seu autoconceito, sendo de destacar que o maltrato de crianças pode provocar na criança sentimentos inadequados e uma imagem bastante negativa de si (Manjarrez & Nava, 2002).

Zarpa (1994, *cit. in* Manjarrez & Nava, 2002), salienta que o autoconceito constitui uma das funções mais importantes da personalidade, sendo também um factor essencial nos conceitos de motivação, comportamento e desenvolvimento da saúde mental.

Em síntese: o ambiente familiar constitui uma peça chave na formação do autoconceito de cada criança, sendo que, tal como um ambiente familiar adequado proporciona um elevado autoconceito, as experiências negativas proporcionadas pela família contribuem para um autoconceito inadequado do próprio indivíduo.

CAPITULO III

1. Introdução

A origem etimológica da palavra “família” dirige-nos para o latino *famulus*, que tem como significado “servo” ou “escravo” (Osório, 2002). Pensa-se que tal denominação provém do facto das relações familiares, desde sempre, estarem de alguma forma atravessadas pelas noções de posse e obediência (*ibid.*).

A família pode ser definida pela existência de laços de sangue ou de aliança entre diferentes elementos. A mesma constitui uma das principais bases, senão a mais importante, no futuro desenvolvimento da criança.

A família como sistema tem dois objectivos fundamentais, que consistem em possibilitar o desenvolvimento e individuação dos seus membros, simultaneamente ao estabelecimento de um sentimento de pertença, e facilitação da integração dos mesmos no meio sócio-cultural em que se encontram inseridos (Relvas, 2003).

A mesma é assim vista como um sistema constituído por outros subsistemas que se interrelacionam, e que estão por sua vez, incluídos num ecossistema mais amplo, que é constituído por diferentes malhas do tecido social em que se encontra inserida (Desmairais, 1994, *cit. in* Roncon, 2003).

Sampaio e Gameiro (2002) definem a família como sendo um conjunto de elementos ligados por um conjunto de relações, em incessante relação com o exterior, que mantém o seu equilíbrio ao longo de um processo de desenvolvimento caminhado através de estádios de evolução diferentes.

Cada família possui uma organização que lhe confere uma individualidade e autonomia, no entanto, esta é capaz de integrar as influências do meio exterior e não ficar dependente delas (Relvas, 2003).

Todas as crianças têm direito a uma família como nos diz a Declaração dos Direitos da Criança, que foi aprovada pela ONU em 20 de Novembro de 1959 (Diniz, 1997). Segundo o mesmo documento, são de salientar os seguintes princípios:

“Princípio 2 – A criança deve gozar de protecção especial e ser-lhe-ão proporcionadas oportunidades e facilidades, por lei e por outros meios, a fim de facultar o seu desenvolvimento físico, intelectual, moral, espiritual e social, de forma saudável e normal e num ambiente de liberdade e dignidade (...). Princípio 6 – (...) A sociedade e os poderes públicos têm o dever de tomar sob a sua particular protecção as crianças sem família ou aquelas que carecem de meios adequados à subsistência. Princípio 7 – (...) O interesse superior da criança deve ser o guia daqueles que têm a responsabilidade da sua educação e da sua orientação; esta responsabilidade cabe prioritariamente aos pais (...).” (Diniz, 1997, p.17).

Desta forma, o principal objectivo da intervenção junto das crianças é sempre promover o seu interesse superior (Delgado, 2006), pois como é referido por Fonagy (1998, *cit. in* Silva, Eira, Vicente & Guerreriro, 2003, p.59) “O número de crianças e adolescentes que necessitam de apoio para problemas de saúde mental é crescente e apenas uma pequena parte pode ter acesso a cuidados de especialistas”.

2. Estrutura e desenvolvimento das Famílias

Para se poder falar em família, torna-se essencial perceber a fase mais preliminar deste sistema, designada por Namoro. O Namoro constitui assim, uma fase em que “Cada namorado traz para a relação o seu sistema de valores, as suas características temperamentais e pessoais e a sua capacidade de amar e entrar numa relação de dádiva e partilha” (Barker, 2000, p.28), que vai constituir a base mais ou menos sólida da fase seguinte, o casamento, que será, este sim, a origem de uma nova família.

Duvall e Miller (1985, *cit. in* Barker, 2000), referem que a evolução da família é composta por oito fases: 1. Casais sem filhos; 2. Famílias com filhos até os 30 meses de idade; 3. Famílias com filhos em idade pré-escolar (criança mais velha com idade entre 2 anos e meio e 6 anos); 4. Famílias com filhos em idade escolar (mais velho entre 6 e 13 anos); 5. Famílias com adolescentes (mais velho entre 13 e 20 anos); 6. Famílias com jovens adultos que esperam a sua

individuação (desde que o primeiro filho sai de casa, até que saia o último); 7. Pais de meia-idade (desde o “ninho vazio” até à reforma); 8. Fase de envelhecimento (desde a reforma até à morte).

Desta forma, cada família constitui um sistema especial, na medida em que tem a sua própria estrutura, os seus próprios padrões e propriedades que vão organizar a estabilidade e a mudança da mesma (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1999). A família pode ainda ser vista como uma pequena colectividade onde os seus elementos mantêm um contacto directo, bem como laços afectivos e uma história comum (Ibd.).

A família deve ser entendida como um sistema no qual: 1) existem objectos e respectivos atributos e relações; 2) contém subsistemas e é contida por outros subsistemas ligados hierarquicamente; e 3) existem fronteiras que a diferenciam do seu meio (Alarcão, 2002).

A família é assim vista como um todo, na medida em que é mais do que a soma dos seus elementos, sendo também parte de outros sistemas, tais como a sociedade e a comunidade (Relvas, 2003).

Actualmente tem-se vindo a considerar a família nuclear, constituída por marido, mulher e filhos, como sendo uma família “normal”, mas já há bastante tempo que existem outros tipos de famílias, que são constituídas por variações e reorganizações de outras famílias ditas “normais” (Barker, 2000).

Acentuadas mudanças relativamente à constituição das famílias têm então vindo a ocorrer, principalmente a partir da década de 1990, que trouxe consigo a modernização da vida familiar, onde existe uma crescente “informalização da conjugalidade, na descolagem entre casamento e parentalidade, no aumento do divórcio e das famílias recompostas, ou ainda no aumento continuado da taxa de actividade feminina e na diminuição da taxa de natalidade” (Aboim, 2003, p.14).

Mas as mudanças parecem não ficar por aqui, pois como é referido por A. Toffler (*cit. in* Osório, 2002, p.20):

“Vejo a sociedade evoluindo para um período em que brotam, florescem e são aceites muitas diferentes estruturas de famílias. (...), o que sugere uma variedade muito mais ampla de relacionamentos homem-mulher do que existe hoje”.

Segundo alguns estudos parecem existir também mudanças ao nível dos papéis desempenhados pelo homem e pela mulher no seio da família. O pai actual, dadas as mudanças ao nível social, segundo um estudo realizado por Balancho (2004) começa a ser percebido como mais sensível, presente e próximo ao nível afectivo, compreensivo, entre outras características, que indiciam uma mudança positiva a este nível.

No seio de cada família que constitui por si só um sistema, existem diferentes subsistemas criados por factores como o sexo e a idade, por exemplo (Minuchin *et al.*, 1999). Por sua vez,

estes implicam a existência de fronteiras que podem ser mais ou menos permeáveis tendo em conta cada família (ibd.).

Existem assim segundo Barnhill (1979, *cit. in* Barker, 2000), oito dimensões que distinguem as famílias funcionais ou saudáveis das não funcionais ou disfuncionais, que são: 1. Relativamente ao *Processo de Identidade*: a) Individuação vs. Emaranhamento; b) Reciprocidade vs. Isolamento; 2. Relativamente à *Mudança*: a) Flexibilidade vs. Rigidez; b) Estabilidade vs. Desorganização; 3. Quanto ao *Processamento da Informação*: a) Percepções claras vs. Distorcidas; b) Papéis bem definidos vs. Conflitos de Papéis; 4. Estruturação de Papéis: a) Papel recíproco vs. Papeis conflituais; b) Fronteiras intergeracionais bem definidas vs. Difusas. No entanto, existem dificuldades em determinar qual é em cada caso o ponto de equilíbrio entre os dois opostos (Barker, 2000).

Cada família vai definir, em parte, cada membro da mesma, pois esta definição resulta das qualidades e papéis dos outros membros: “Assim fazendo, criam algo de uma profecia autocumpridora, que afecta a auto-imagem e o comportamento de cada indivíduo” (Minuchin *et al.*, 1999, p.26).

Schlesinger (1979, p.8, *cit. in* Barker, 2000) descreveu cinco tipos de famílias para o Canadá mas que se aplicam de uma forma geral a todo o mundo ocidental: 1. Família Nuclear; 2. Casais sem filhos; 3. Famílias Monoparentais; 4. Famílias Reconstituídas e 5. Famílias Comunitárias (compostas por grupos de famílias).

As principais mudanças a destacar na actual composição familiar, são as seguintes: diminuição da dimensão média da família, aumento dos agregados de pessoas sós, decréscimo dos agregados numerosos e das famílias complexas, mudança na composição interna das famílias simples, descida e adiamento da fecundidade, aumento do divórcio e do envelhecimento populacional. Desta forma, diminuem, as famílias de casal com filhos e aumentam as de casal sem filhos e as monoparentais (Aboim, 2003).

Barker (2000) propõe algumas funções das famílias, que consistem essencialmente em responder às necessidades básicas dos seus elementos, reproduzir, criar e socializar os filhos, ser um espaço para a sexualidade do casal e proporcionar apoio em momentos de crise aos seus elementos.

Estas situações de crise correspondem às transições – que podem ser acontecimentos do ciclo normal de desenvolvimento – pelas quais todas as famílias passam (Minuchin, *et al.*, 1999). As transições podem de alguma forma explicar (quando vividas de uma forma negativa), a razão de tantas crianças estarem actualmente longe da sua família de origem dada a sua incapacidade de as ultrapassar e de se adaptarem a uma nova realidade, até porque muitas vezes, o momento de crise da família está directamente relacionado com o nascimento da criança (Ibd.).

Cada criança quando nasce vem equipada com um abastado conjunto de capacidades que são o resultado do seu equipamento genético, sendo que apesar disso, muitas das suas capacidades podem ser lesadas gravemente, no caso destas não encontrarem um ambiente satisfatório quanto à sua qualidade logo desde os primeiros momentos de vida (Ferreira, Pires & Salvaterra, 2004).

Desta forma, “as oportunidades para um bom desenvolvimento estão, fundamentalmente, dependentes do contexto familiar no qual a criança cresce” (Coutinho, 2004, p.55).

Para que tudo possa decorrer da melhor forma na vida psíquica da criança, a sua família deve cumprir algumas funções essenciais, nomeadamente: “gerar o amor, promover a esperança, conter o sofrimento mental e ensinar a pensar” (Diniz, 1997, p.24).

Assim sendo, torna-se essencial que se aborde e intervenha na família tendo em conta a perspectiva ecossistémica, ou seja, partindo do pressuposto de que diferentes variáveis vão influenciar os comportamentos de todos os elementos de cada família (Pereira & Canavarro, 2004).

Tendo esta perspectiva como referência, é então necessário avaliar que tipo de contacto existe entre a família e o meio exterior – integração sócio-cultural – bem como desta nos seus processos intrafamiliares (Borges, 1997).

Bronfenbrenner (1979, *cit. in* Pereira & Canavarro, 2004), defende que a influência conjunta e simultânea de diferentes elementos pertencentes a cinco níveis ecológicos vão determinar o comportamento do indivíduo, sendo estes: o nível individual, o microsistema do indivíduo, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema.

Bosma (1994, *cit. in* Borges, 1997) refere que entre todos os níveis ecossistémicos existentes, a escola e a família constituem sem dúvida, os mais significativos durante a infância e a adolescência do indivíduo.

3. Famílias de Acolhimento

São muitos e variados os motivos que podem levar uma criança a ser retirada da sua família de origem e colocada numa família de acolhimento ou em qualquer outra instituição de acolhimento, sendo que os principais motivos estão directamente relacionados com a falta de prestação de cuidados básicos (negligência, abandono ou morte dos progenitores), a exposição da criança a situações de maus-tratos (físicos e psicológicos) e abusos, nomeadamente de ordem sexual.

Como é referido por Richters e Martinez (1993, *cit. in* Sani, 2002), estas crianças que são expostas a diferentes tipos de violência, apresentam uma maior probabilidade do que as que não

foram expostas a este tipo de eventos, de sofrerem de uma série de problemas ao nível social e emocional.

Tal como é destacado pela OMS, a violência consiste “na ameaça ou recurso intencional à força física contra si próprio, outra pessoa ou um grupo, provocando ferimentos, morte, dano moral, mau desenvolvimento ou privações. A violência é provocada por numerosos factores a nível individual, interpessoal, familiar, comunitário e societário” (WFMH, 2002, *cit. in* Gonçalves, 2003, p.25).

As Famílias em situação de risco social, são descritas por Albenita Correia (2007), psicóloga fundadora da Fundação Ressurgir, como famílias provenientes de comunidades que se encontram vulneráveis a diferentes formas de violência, tais como: a extrema pobreza, a habitação precária e insalubre, a falta de alimentação e de trabalho remunerado, bem como a constante vulnerabilidade a situações ilícitas (Portal do Voluntário, 2007).

Nestes casos são impostas a estas crianças medidas de Promoção e Protecção dos Direitos dos Menores, cuja função é terminar com a situação de perigo, garantir condições mínimas para o desenvolvimento da criança ou jovem e assegurar que as crianças maltratadas sejam alvos de acompanhamento e recuperação (Delgado, 2006).

Belsky (1984, *cit. in* Canavarro, 1999) refere que no que toca ao estudo da etiologia das crianças mal-tratadas, devemos sempre ter em linha de conta três aspectos essenciais para o enquadramento do problema: 1. história e recursos pessoais dos pais; 2. características das crianças; e 3. meio envolvente, tendo em consideração factores de *stress* e recursos disponíveis. Apenas desta forma, e centrando-nos na importância fundamental destes três factores, se poderá obter uma melhor compreensão e um melhor enquadramento desta problemática.

Pereira e Canavarro (2004) destacam ainda que existem outros determinantes do comportamento parental igualmente importantes, nomeadamente, a personalidade dos pais, a relação conjugal e a actividade profissional.

A entrega de crianças que se adivinhava não terem retaguarda nem apoio familiar era feita em Portugal a Amas, através de várias instituições, nomeadamente a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (Martins, s/d). A partir de 1962 começou a surgir alguma legislação a este nível, sendo que foram propostas algumas regras para o recrutamento de Amas, condições de prestação deste serviço e objectivos do mesmo (Ibd.). Em 1966 dá-se a passagem, ao nível discursivo e semântico, de Amas a Famílias de Acolhimento, sendo que é em 1967 que surge a formalização do Acolhimento Familiar, que passou a ser bem sucedido a partir dos anos 70 (Calheiros, Fornelos & Diniz, 1993, *cit. in* Martins, s/d).

Segundo o Decreto-Lei nº 190/92 de 2 de Setembro, artigo 1º, as famílias de acolhimento têm como objectivo “acolher, temporária e transitoriamente, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função educativa”.

Estas crianças provêm então de famílias, nas quais existem disfunções que colocam ou possam vir a colocá-las em risco grave (Delgado, 2006). São crianças em risco, pois provêm de famílias disfuncionais, pelo que são normalmente caracterizadas como apresentando baixos níveis de expressividade relativamente às emoções e com dificuldades em alcançar um desenvolvimento salutar sobretudo a nível social e académico, como é referido por Tribuna e Relvas (2002).

A principal função destas famílias visa assim garantir que as crianças tenham acesso a modelos ajustados de identificação, através de um pequeno grupo de pessoas que partilham laços de afectividade que lhe proporcionam alguma estabilização emocional e uma visão positiva da família (Delgado, 2006).

É de referir que tal como é previsto a nível legal e pelo Decreto-Lei anteriormente mencionado, as famílias de acolhimento, recebem uma compensação monetária, referente ao subsídio de retribuição (serviço prestado) e ao subsídio de manutenção da criança (artigo 14.º, ponto 2, alínea b).

Para fazer cumprir as leis referentes à avaliação e intervenção em famílias de acolhimento, existem na Segurança Social, unidades de Acção Social que intervêm e acompanham estas famílias. A Acção Social tem como objectivos: acompanhar os pais biológicos do menor, proceder à selecção, formação e acompanhamento das famílias de acolhimento e apoiar o menor colaborando na definição do projecto de vida do mesmo (Tribuna & Relvas, 2002).

O objectivo desta intervenção consiste em proporcionar à família de origem uma melhor inserção na comunidade através dos recursos disponíveis e da constituição de uma rede social de apoio consistente, nunca esquecendo porém a problemática da criança que constitui o objectivo primordial da intervenção (Almeida, 2004).

Existem dois tipos de famílias de acolhimento no nosso país: as famílias de acolhimento familiares e as não-familiares, ou seja, famílias com e sem laços de parentesco com a criança.

Para Minuchin e colaboradores (1999), a colocação de crianças em famílias de acolhimento com laços de parentesco, não muda a estrutura do sistema, na medida em que a criança já se encontra inserida no mesmo, embora mude a realidade comunicacional, os padrões de parentesco e o uso de autoridade relativamente a todos os membros envolvidos. Este tipo de colocação de crianças, é normalmente o preferido, pois vai proporcionar às mesmas uma melhor adaptação, a redução do trauma da separação, proporcionando-lhes desta forma, enormes vantagens psicológicas (ibd.).

No entanto, e como é referido por Tribuna e Relvas (2002), um dos factores comuns aos dois tipos de famílias de acolhimento, tem que ver com o processo de separação da família biológica (pais biológicos) que constitui o sistema com quem a criança estabeleceu os primeiros contactos, identificações e aprendizagens (mais ou menos positivas).

Salienta-se então que mesmo a colocação em famílias de acolhimento familiares, nem sempre é simples, pois esta “pode ser parte do problema e também parte da solução” (Minuchin, *et al.*, 1999, p.105).

Ser família de acolhimento de crianças e jovens, não é tarefa fácil, pois a mensagem que é passada a estas famílias pelos serviços, é a de que devem tratar as crianças como se estas fossem os seus próprios filhos e, ao mesmo tempo, devem estar preparados para enfrentar a sua saída iminente (Tribuna & Relvas, 2002).

Mas não são apenas as famílias que se devem adaptar a esta nova situação, a criança que foi abandonada ou rejeitada pela sua família de origem, passa também por um processo difícil relacionado com a vinculação a outras pessoas que á partida são estranhos, sendo necessário que a família de acolhimento saiba estimular a mesma e promover o desenvolvimento de novas capacidades (Montagner, 1990).

A necessidade de existência de uma relação de aliança entre a família de acolhimento e a família de origem, é essencial, para um bom desenvolvimento das crianças. Esta aliança poderá surgir aquando das visitas da família de origem (pais biológicos) às crianças acolhidas, pois é esperado que haja um contacto regular entre estes e o menor, de forma a promover o vínculo afectivo e a sua reintegração no agregado dos pais biológicos (quando estes apresentem uma situação mais estável para poderem receber o menor).

Torna-se essencial que, tanto a família de acolhimento como a família biológica da criança assumam e definam os seus papéis relativamente a esta, para que sejam evitados conflitos que ponham em causa as lealdades da criança e provoquem o não estabelecimento de relações afectivas estáveis (Capdevila, 1996, *cit. in* Martins, s/d).

Desta forma, é suposto que ocorram contactos entre a família de acolhimento e a família biológica da criança, para que ambas possam usufruir dos benefícios desta relação, na medida em que a família de acolhimento acaba por entrar no “mundo” daquela criança através do contacto com a sua família de origem, proporcionando-lhe um maior ajustamento às suas necessidades, e por outro lado, a família biológica, acaba por ter um papel de alguma responsabilidade na educação da criança pois, encontra-se activa e presente no dia-a-dia da mesma (Martins, s/d).

A situação familiar do agregado de origem poderá melhorar quando intervencionado e orientado pela equipa técnica que a acompanha, sendo para isso essencial que os técnicos comecem por compreender as dinâmicas da família que poderão estar na origem da retirada do menor, para poderem assim, determinar quais as medidas a serem tomadas (Tribuna & Relvas, 2002). É então fundamental que a família de origem do menor, se mostre colaborante neste processo e que queira de volta os seus filhos para que consiga implementar todas as mudanças necessárias no agregado.

Certamente, numa situação de acolhimento, as famílias estarão de tal forma empenhadas em proporcionar à criança um ambiente facilitador da sua integração na mesma, que acabam por “esquecer-se” das famílias de origem (Cartry, 2003). No entanto, seria importante não ocorrer este “esquecimento” pois como refere o autor (2003, p.115): “embora carregada de sofrimento e angústia, a imagem dos pais interiorizada pela criança que acolhemos será sempre mais forte do que a nossa, pais de acolhimento”.

As famílias de acolhimento encontram-se a realizar a função parental através de dois planos distintos: no primeiro, prestam cuidados parentais às crianças, em segundo lugar, exercem uma função parental simbólica, na medida em que facultam às crianças acolhidas, imagens parentais que poderão contribuir para a construção da sua personalidade, através da interiorização das mesmas (ibd.).

Para Cartry (2003) é apenas quando os pais de origem aceitam que o filho está a aprender e a desenvolver-se de uma forma positiva na família de acolhimento, que se poderá criar uma relação de aliança entre ambos.

Martins (s/d) salienta que em alguns países, as famílias de acolhimento começaram já a exigir direitos de visitas às crianças, mesmo após a reintegração destas na família de origem.

Assim sendo, as famílias de acolhimento podem ter um importante papel na intervenção com a criança, mas também, segundo Cartry (2003), com a família de origem. E como se efectuariam então os efeitos terapêuticos mencionados, na família de origem? Esses efeitos poderiam ser claramente potenciados pela existência de uma aliança entre ambas as famílias, sendo que essa aliança poderia ser facilmente alcançada se a família de acolhimento se dispusesse a proporcionar à família de origem pequenos sinais, de que esta continua a ser muito importante para a criança (ibd.). Estes pequenos gestos que têm como função beneficiar a criança, poderiam ser regulamentados através de “aspectos práticos, mas importantes, como as visitas, outros contactos, telefonemas, etc.” (Cirillo, 1988, *cit. in* Tribuna & Relvas, 2002, p.111).

O contacto permanente entre ambas as famílias proporciona “benefícios sociais, psicológicos e educacionais para as crianças, sendo mais provável nestes casos o seu regresso a casa” (Delgado, 2006, p. 162).

Tribuna e Relvas (2002) através do estudo que realizaram, puderam concluir que de uma forma geral não existem diferenças quanto às características de funcionamento e dinâmica familiar, nos dois tipos de família (famílias de acolhimento familiares e não-familiares).

Para finalizar, são de salientar alguns dos pressupostos relativos ao acolhimento familiar, nomeadamente: 1) Apelo à Solidariedade Social; 2) Concepção temporária do acolhimento, ou seja, é sempre esperado que a família natural recupere as condições necessárias para acolher novamente a criança ou jovem; 3) Articulação entre organismos, com o objectivo de promover o

superior interesse da criança; 4) Colaboração da família de origem com a família de acolhimento; 5) Acompanhamento psicossocial da criança acolhida, entre outros (Delgado, 2006).

CAPITULO IV

1. Justificação do Estudo

O acolhimento familiar de crianças é actualmente uma das respostas sociais mais importantes a ter em linha de conta quando nos deparamos com famílias multiproblemáticas e disfuncionais. Como forma de tentar combater os problemas associados a este fenómeno, existem na nossa sociedade serviços de intervenção nestes casos, denominados de Acção Social e cujo objectivo primordial consiste em promover, através da sua acção, o interesse superior da criança. Grande parte das vezes, a metodologia utilizada em casos de maus-tratos consiste na retirada da criança da sua família de origem e na sua colocação em famílias de acolhimento.

Em Portugal no ano de 2005, foram integrados em famílias de acolhimento, pelos Tribunais e pelas Comissões de Protecção, mais de seis mil menores (Ramos, 2006), daí a grande necessidade de intervenção de técnicos especializados junto destas crianças. Segundo a mesma autora, nesse ano, o número de famílias de acolhimento rondava as 4600 famílias (ibd.).

As consequências psicológicas da retirada de crianças da sua família de origem, podem ser terríveis, sendo que se torna de extrema importância intervir o mais precocemente possível, como forma de tentar impedir que os efeitos provocados por tal situação sejam penalizantes para as mesmas.

Para além da intervenção junto das crianças, os serviços de acção social pretendem ainda intervir junto das famílias, sendo que o objectivo principal desta intervenção consiste em fazer com que a família de origem volte a reunir condições para acolher as suas crianças.

Para isso, torna-se essencial trabalhar a vinculação das pessoas significativas para com a criança. Este trabalho vai, sem dúvida, proporcionar à criança sentimentos positivos e a melhoria de outros constructos essenciais para um saudável desenvolvimento psicológico, nomeadamente o autoconceito.

Mediante o exposto, torna-se justificável a realização de diferentes estudos no domínio do acolhimento familiar em Portugal e, muito em particular, no que se refere às consequências psicológicas do mesmo, no sentido de aumentar o leque de conhecimentos acerca desta problemática, que em Portugal se encontra ainda pouco estudada.

Desta forma, justificado pela literatura revista nos capítulos anteriores acerca do autoconceito e de crianças que vivem em famílias de origem e em famílias de acolhimento, bem

como algumas perspectivas teóricas relacionadas, realizou-se um estudo empírico sobre este assunto.

2. Objectivos

O principal objectivo deste estudo resulta do trabalho com Famílias de Acolhimento e com as crianças acolhidas, sendo que se pretende conhecer um pouco mais a realidade e a vivência destas crianças e os problemas que muitas vezes se encontram a elas associados. Para isso, pretende-se verificar como se auto-avaliam as crianças que vivem em famílias de acolhimento em diferentes contextos da sua vida, tendo como base o auto-conceito.

Relativamente aos objectivos específicos, pretende-se:

- 1) Verificar se existem diferenças significativas relativamente às diferentes dimensões do Autoconceito, em crianças que vivem em famílias de Acolhimento e em Famílias de Origem.
- 2) Verificar se existem diferenças significativas relativamente às diferentes dimensões do Autoconceito, no que diz respeito á variável género.

3. Hipóteses

Mediante a parte teórica anteriormente apresentada, a primeira hipótese a considerar neste estudo é a de que:

(H1) Crianças que vivem em famílias de origem apresentam um autoconceito mais alto na dimensão **escolar** relativamente aquelas que vivem em famílias de acolhimento (Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004).

(H2) Crianças que vivem em famílias de origem apresentam um maior autoconceito na dimensão **comportamental** do que as crianças que vivem em famílias de acolhimento (Alport, 1966, *cit. in* Sisto, *et al.*, 2004; Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004; Manjarrez & Nava, 2002; Rygaard, 2006).

(H3) Crianças que vivem em famílias de origem apresentam um maior autoconceito na dimensão **social** do que as crianças que vivem em famílias de acolhimento (Bowlby, 1973, *cit. in* Canavarro, 1999; Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004; Manjarrez & Nava, 2002; Papalia, Olds & Feldman, 2001).

(H4) Crianças que vivem em famílias de origem apresentam uma maior **auto-estima** do que as crianças que vivem em famílias de acolhimento (Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004; Manjarrez & Nava, 2002; Peixoto, 2004; Rygaard, 2006; Sisto *et al.*, 2004).

(H5) Crianças do sexo masculino apresentam um maior autoconceito na dimensão atlética do que as crianças do sexo feminino (Harter, s.d., *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Marsh, 1989, *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Veiga, 1995).

(H6) Crianças do sexo feminino apresentam melhores níveis de autoconceito na dimensão social do que os indivíduos do sexo masculino (Harter, 1999, *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Marsh, 1989, *cit. in* Shapka & Keating, 2005).

4. Metodologia

4.1. Design

O desenho de Investigação do presente estudo empírico é *Observacional*, pois “o investigador não intervém” (Ribeiro, 1999, p.41), *Descritivo*, na medida em que vai proporcionar informação de um dado grupo em estudo (*ibd.*) e de *Comparação entre Grupos*, pois “foca dois ou mais grupos, escolhidos com base no critério de um grupo possuir uma característica de interesse para o estudo e o outro não” (Ribeiro, 1999, p.42).

4.2. Participantes

A população do estudo é constituída por crianças que vivem em famílias de acolhimento familiares e por crianças que vivem em famílias de origem (com os pais biológicos). Os participantes constituem uma amostra de 58 sujeitos distribuídos da seguinte forma:

Quadro 1: Análise Descritiva da amostra quanto à variável Família.

Família	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
Família de Acolhimento Familiares	30	51.7%	51.7
Família de Origem	28	48.3%	100
Total	58	100%	

Os participantes têm idades compreendidas entre os 8 e os 12 anos sendo a média de idades de 9,52 e o desvio padrão de 1,328. Para uma análise mais pormenorizada da variável idade, é de salientar o quadro 2 a seguir mencionado:

Quadro 2: Análise descritiva da amostra quanto à variável Idade.

Idade	Frequência	Percentagem	Percentagem Cumulativa
8	18	31.0%	31.7
9	12	20.7%	51.7
10	13	22.4%	74.1
11	10	17.2%	91.4
12	5	8.6%	100
Total	58	100%	

Desta forma, pode concluir-se que a amostra é *não probabilística ou intencional* como é referido por Smith (1975, *cit. in* Ribeiro, 1999) e *sequencial* pois, nesta amostra “as unidades constituintes são escolhidas estritamente na base «primeiro que aparece, primeiro escolhido» (JAMA, 1996, *cit. in* Ribeiro, 1999, p.55).

4.3. Instrumentos

4.3.1. Questionário Sócio-Demográfico e Escala de Autoconceito

O instrumento utilizado foi a *Escala de Autoconceito “Como é que eu sou”* adaptação do SPPC de Harter após autorização da autora portuguesa (Costa, 2007). Esta versão da escala realizada por Costa (s/d), surgiu a partir da adaptação do instrumento à população portuguesa pelos autores: Martins, Peixoto, Mata & Monteiro (1995).

A recolha dos dados realizou-se a partir de questionários anónimos e de auto-resposta. O *Questionário Sócio-Demográfico* tem como objectivo obter informações acerca da idade, do sexo, do ano de escolaridade dos participantes e do tipo de família em que vivem (ou seja, família de acolhimento ou família de origem).

Por sua vez, a escala utilizada tem como objectivo avaliar “a forma como os sujeitos percebem a sua competência em diferentes domínios e avaliar a sua auto-estima” (Martins, Peixoto, Mata & Monteiro, 1995, p.79).

A Escala de Auto-Conceito original foi então construído por Susan Harter em 1985, a partir de uma outra escala da mesma autora denominada *Perceived Competence Scale for Children* de 1982 (Martins et al., 1995). A escala original era constituída por três domínios específicos do auto-conceito e pretendia também avaliar a auto-estima global (ibd.). Posteriormente, a autora resolveu incluir mais dois domínios específicos, constituindo assim o actual *Self Perception*

Profile (Harter, 1985, cit. in Martins *et al.*, 1995). A esta nova versão foram ainda adicionadas dez questões que pretendem avaliar a importância atribuída a cada domínio específico – Escala de Importância (Martins *et al.*, 1995, p.79). Foi esta última versão do instrumento, “que esteve na origem da adaptação para a população portuguesa” pelos autores Martins e colaboradores (1995, p.82).

Tendo em conta os pressupostos da multi-dimensionalidade do auto-conceito, e salientando que a auto-estima é um constructo independente do somatório dos diferentes domínios do auto-conceito, esta escala pretende fornecer indicações acerca das competências percebidas nas diferentes áreas, bem como, uma medida de auto-estima global (Martins *et al.*, 1995).

Esta escala é considerada objectiva pois “não há uma intervenção de interpretação entre o comportamento do respondente e uma terceira pessoa” (Ribeiro, 1999, p.85), é também um instrumento de papel e lápis (pois é este o material necessário) e quanto ao tipo de preenchimento é preenchido por cada sujeito na presença do testador (Ribeiro, 1999).

A Escala “Como é que eu Sou” é constituída por duas sub-escalas, denominadas: *Perfil de Auto-Percepção* e *Escala de Importância*, sendo que a primeira, está por sua vez, dividida em oito outras sub-escalas compostas por seis itens cada uma (perfazendo um total de 48 itens), e a segunda pretende avaliar qual o grau de importância atribuído pelo indivíduo, relativamente aos diferentes domínios anteriormente em estudo (com um total de 16 itens).

Ou seja, o *Perfil de Auto-Percepção* encontra-se dividido em oito domínios específicos, nomeadamente, **1.** Competência Escolar, que pretende avaliar a forma como a criança se percebe no ambiente escolar; **2.** Aceitação Social, que pretende avaliar a popularidade e aceitação da criança; **3.** Competência Atlética, em que o objectivo é avaliar a forma como a criança se percebe nas suas actividades desportivas; **4.** Aparência Física, que pretende avaliar a percepção da criança relativamente ao seu aspecto; **5.** Atitude Comportamental, que avalia a percepção da criança em relação à forma como age; **6.** Auto-Estima, que tem como principal objectivo avaliar a percepção da criança em relação a si mesma, ou seja, se gosta de si e se é feliz; **7.** Competência a Língua Materna, que pretende avaliar a forma como a criança se percebe na disciplina de Português; e **8.** Competência a Matemática, que se relaciona com a sua percepção na disciplina de matemática (Costa, 2007).

Esta escala pode ser administrada de forma individual ou colectiva, sendo que se torna essencial supervisionar de modo a verificar se todos os participantes assinalam apenas uma opção em cada item.

Quanto à aplicação e correcção da escala, é de salientar que a cotação relativa a cada item varia entre 4 e 1, sendo que o primeiro indica que a criança se percebe como tendo uma alta competência e o segundo uma baixa competência (Costa, 2007).

Após a conclusão da cotação, poderá obter-se uma média para cada sub-escala, ou seja, 8 médias, a que corresponde um dado perfil de cada indivíduo (Costa, 2007). A Escala de Importância é cotada da mesma forma do que o perfil de Auto-Percepção (ibid.). Isto é, o indivíduo terá uma alta auto-estima se se perceber como competente em áreas que considera importantes, caso contrário, ou seja, se se perceber como incompetente em áreas que considera importantes, terá uma baixa auto-estima (Martins *et al.*, 1995). No entanto, caso o indivíduo se considere competente em áreas que não considera importantes, esta competência não surtirá efeitos positivos na sua auto-estima (ibid.).

As instruções dadas aos participantes eram que, não existiam respostas certas ou erradas e que deveriam responder de acordo com o que era mais parecido consigo. Posteriormente, foram dadas instruções, através do preenchimento do item de exemplo, de como deveriam responder aos posteriores itens.

No que se refere às qualidades psicométricas do instrumento, é de destacar que se verificou que os valores da consistência interna são inferiores aos obtidos através de outras adaptações do instrumento por outros autores, para a maioria das sub-escalas (Costa, 2007). O Alfa para a amostra total varia entre 0.31 e 0.85 nas diversas sub-escalas (ibid.).

Quanto à análise factorial da escala após rotação *varimax*, esta demonstrou que existe uma estrutura de 7 factores, sendo o factor 1 (competência matemática) puro e explicativo de 17.3% da variância total dos resultados (Costa, 2007). O factor 2, designado como comportamento é quase puro e explicativo de 6.9% da variância total; o factor 3, designado por competência escolar é misto e explicativo de 6.6% da variância total; o factor 4, designado por competência atlética e escolar é misto e explicativo de 5.6% da variância total; o factor 5, designado por aparência física é quase puro e explicativo de 4.5% da variância total; o factor 6, designado Língua Materna é misto e explicativo de 3.8% da variância total; o factor 7, apresenta um item da dimensão aparência física e outro da dimensão competência matemática, explicativos de 3.3% da variância total (ibid.). Os 7 factores encontrados pela autora da adaptação explicam 47.9% da variância total da escala.

4.4. Procedimento

Procedeu-se à requisição das permissões aos responsáveis pelas famílias de acolhimento do Serviço de Acção Social da Maia, ao Chefe responsável pelo Agrupamento de Escuteiros 538 (de Darque – Viana do castelo) e à Administração do A.T.L. de Darque para se proceder à respectiva administração, sendo apresentado um protocolo de investigação (Ribeiro, 1999).

Em todos os pedidos de autorização, descreveu-se o objectivo do estudo, sendo que se proporcionou também todas as informações acerca da investigação que se pretendia realizar, bem

como do procedimento de tratamento dos dados obtidos após a administração e da manutenção do anonimato (Ribeiro, 1999).

Após a obtenção da autorização junto das entidades referidas anteriormente, nas datas estabelecidas junto das mesmas (Acção Social da Maia, Agrupamento de Escuteiros 538 – Darque e A.T.L. de Darque), procedeu-se à administração individual da escala junto das crianças que pertencem à amostra em estudo. A administração da escala nos Escuteiros (sub-amostra de crianças que vivem em famílias de origem) ocorreu durante os meses de Fevereiro e Março nas instalações deste agrupamento, a administração do instrumento no ATL decorreu entre os meses de Abril e Maio, sendo que a administração do instrumento às crianças que vivem em famílias de acolhimento ocorreu na semana de 26 de Março a 30 de Março de 2007, nas instalações da Segurança Social – Unidade de Acção Social da Maia ou através de visitas domiciliárias às mesmas.

É de salientar que no caso da sub-amostra das crianças que vivem em famílias de origem – Escuteiros e A.T.L., e porque todos os participantes são menores de idade, realizou-se uma sessão inicial com todos os elementos que iriam à partida, participar no estudo, onde se apresentou os objectivos da investigação. No final da sessão todos os elementos levaram uma folha com um Pedido de Colaboração aos pais, onde se explicou toda a situação aos encarregados de educação dos mesmos, bem como o pedido de Consentimento Informado. Na sessão seguinte, as crianças trouxeram as autorizações para participar no estudo, sendo que apenas na presença do referido documento se precedeu à administração da escala.

Quanto à sub-amostra das crianças que vivem em famílias de acolhimento, o procedimento foi um pouco diferente visto que os menores compareceram individualmente ao serviço, acompanhados de um representante da família de acolhimento a que pertencem, ou receberam uma visita domiciliária, sendo que a explicação referente ao estudo (seu objectivo e procedimento) foi dada conjuntamente.

Posteriormente à referida explicação e obtenção do consentimento informado junto do representante da família de acolhimento, este foi convidado a abandonar a sala (ou espaço da habitação), de modo a que o menor pudesse receber as instruções acerca do preenchimento da escala e pudesse proceder à realização da mesma.

Em cada administração junto de cada criança, o investigador explicou o objectivo do estudo, bem como a instrução e a explicação acerca da forma de preenchimento da respectiva escala (Almeida & Freire, 2003). Da mesma forma salientou-se que os dados obtidos são confidenciais e anónimos e que têm apenas como objectivo a sua inclusão numa investigação científica, sendo que apenas terá acesso aos resultados, o próprio investigador.

A cada criança foi distribuído um questionário sócio-demográfico, uma escala de auto-conceito e uma esferográfica, constituindo estes, os materiais necessários para a realização dos

mesmos (Almeida & Freire 2003). No final de cada administração, cada criança foi alertada para o facto de que o instrumento deveria estar todo preenchido para ser validado (ibd.).

CAPITULO V

1. Resultados

Depois de terminadas as cotações, foram efectuadas as comparações entre os grupos. As comparações foram realizadas através de uma abordagem quantitativa, com o objectivo de se apurar se existem, ou não, diferenças estatisticamente significativas entre os grupos. Para isso, recorreu-se ao programa informático *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão 15.

Para se proceder à análise diferencial entre o grupo de crianças que vivem em famílias de acolhimento e o grupo de crianças que vivem em famílias de origem, utilizaram-se procedimentos estatísticos de diferenças de médias para os dados obtidos através da escala. Assim sendo, utilizou-se o *t-test*, para amostras independentes (Brace, Kemp & Snelgar, 2000), cujos resultados se apresentam no quadro 3.

Através da leitura do quadro 3 verifica-se a existência de diferenças significativas entre as crianças que vivem em famílias de acolhimento e as que vivem em famílias de origem quanto à sub-escala: auto-estima global ($p = 0.016$).

Estes dados sugerem que as crianças que vivem em famílias de acolhimento se percebem como apresentando uma auto-estima global significativamente mais baixa do que aquelas que vivem em famílias de origem.

É de salientar que, apesar de não se verificar, é notória uma tendência para a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as crianças de ambos os grupos relativamente à sub-escala: competência atlética ($p = 0.075$).

Ou seja, existe uma tendência para as crianças que vivem em famílias de acolhimento ($M=16.10$), se perceberem como mais competentes na área atlética do que as crianças que vivem em famílias de origem ($M=14.89$).

Quadro 3: Comparação das diferentes sub-escalas do Auto-Conceito em crianças que vivem em famílias de acolhimento e em famílias de origem.

Variável	Família	Média	D.P.	T	<i>p</i> (2-tailed)
Compet_Esc.	F. Acolh.	16	3.085		
	F. Origem	16.93	3.276	-1.112	0.271
Compet_Port.	F. Acolh.	17.17	3.217		
	F. Origem	17.68	2.326	-0.690	0.493
Compet_Mat.	F. Acolh.	14.43	4.454		
	F. Origem	16.36	4.668	-1.606	0.114
Aceit_Social	F. Acolh.	16.57	2.459		
	F. Origem	17.36	1.638	-1.430	0.158
Compet_Atlit.	F. Acolh.	16.10	2.952		
	F. Origem	14.89	1.988	1.813	0.075 ms
Aparenc_Fis.	F. Acolh.	18.28	2.789		
	F. Origem	19.11	2.897	-1.104	0.275
Aspec_Ks	F. Acolh.	16.20	3.388		
	F. Origem	17.54	2.874	-1.614	0.112
Auto_Est_Glob	F. Acolh.	18.23	2.582		
	F. Origem	19.79	2.114	-2.485	0.016 *

* $p \leq 0.05$ ms: marginalmente significativo

Relativamente aos resultados obtidos através da Escala de Importância, é de salientar que, tal como é apresentado no quadro 4, não existem diferenças estatisticamente significativas em nenhuma das sub-escalas, relativamente aos dois grupos em análise.

Ou seja, as crianças que vivem em famílias de origem não atribuem uma importância significativamente diferente das crianças que vivem em famílias de acolhimento, às sub-escalas avaliadas.

No entanto, é de salientar que relativamente à sub-escala: aspectos comportamentais, parece existir uma tendência para as crianças que vivem em famílias de acolhimento ($M=6.26$), percepcionarem como menos importante esta sub-escala do que as crianças que vivem em famílias de origem ($M=6.46$), não chegando a ser esta diferença estatisticamente significativa ($p=0.075$).

Quadro 4: Comparação das diferentes sub-escalas do Auto-Conceito na Escala de Importância em crianças que vivem em famílias de acolhimento e em famílias de origem.

Variável	Família	Média	D.P.	T	<i>p</i> (2-tailed)
EI_CE	F. Acolh.	6.60	1.163		
	F. Origem	6.61	1.066	-1.112	0.271
EI_AS	F. Acolh.	6.17	1.315		
	F. Origem	6.29	0.937	-0.690	0.493
EI_CA	F. Acolh.	5.93	1.507		
	F. Origem	5.78	1.396	-1.606	0.114
EI_AF	F. Acolh.	4.50	1.333		
	F. Origem	4.21	1.166	-1.430	0.158
EI_AKS	F. Acolh.	6.27	1.143		
	F. Origem	6.46	1.105	1.813	0.075 ms
EI_CP	F. Acolh.	6.60	0.968		
	F. Origem	6.57	0.836	0.120	0.905
EI_CM	F. Acolh.	6.63	1.129		
	F. Origem	6.50	0.923	0.490	0.626

$p \leq 0.05$ ms: marginalmente significativo

Relativamente à comparação entre grupos no que toca à variável género, os resultados relativos à comparação entre os dois géneros nas diferentes sub-escalas do autoconceito, serão apresentados nos quadros seguintes (quadros 5 e 6).

No que se refere à primeira parte do instrumento que avalia como é que se percebem as crianças e pré-adolescentes em diferentes áreas do autoconceito (“Como é que eu sou?”), os resultados foram os seguintes:

Quadro 5: Comparação entre os dois sexos nas diferentes sub-escalas do Auto-Conceito.

Variável	Género	Média	D.P.	T	P (2-tailed)
Compet_Esc.	Feminino	16.52	3.043		
	Masculino	16.38	3.374	0.163	0.871
Compet_Port.	Feminino	17.41	2.413		
	Masculino	17.41	3.202	0.000	1.000
Compet_Mat.	Feminino	15.14	3.786		
	Masculino	15.59	5.389	-0.367	0.715
Aceit_Social	Feminino	16.83	2.221		
	Masculino	17.07	2.052	-0.430	0.669
Compet_Atl.	Feminino	14.76	1.939		
	Masculino	16.28	2.939	-2.321	0.024*
Aparenc_Fis.	Feminino	18.29	2.904		
	Masculino	19.07	2.789	-1.039	0.304
Aspec_Ks	Feminino	17.90	2.144		
	Masculino	15.79	3.726	2.635	0.011*
Auto_Est_Glob	Feminino	18.93	2.563		
	Masculino	19.03	2.427	-0.158	0.875

* $p \leq 0.05$

De acordo com o que foi anteriormente apresentado no quadro 5, é de destacar que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois géneros nas sub-escalas: competência

atlética ($p=0.024$) e aspectos comportamentais ($p=0.011$), não se verificando a existência de diferenças significativas em nenhuma outra sub-escala do autoconceito.

Os resultados obtidos levam-nos a concluir que os indivíduos do sexo masculino ($M=14.86$) se percebem como mais competentes na área atlética do que os indivíduos do sexo feminino ($M=14.28$) e que relativamente aos aspectos comportamentais, os indivíduos do sexo feminino ($M=17.90$) se percebem como mais competentes do que os indivíduos do sexo masculino ($M=15.79$).

Quanto à Escala de Importância, os resultados obtidos foram os que se encontram apresentados no quadro 6:

Quadro 6: Comparação entre os dois sexos na Escala de Importância.

Variável	Género	Média	D.P.	T	P (2-tailed)
EI_CE	Feminino	6.55	1.055	-0.353	0.725
	Masculino	6.66	1.173		
EI_AS	Feminino	6.07	0.842	-1.037	0.304
	Masculino	6.38	1.374		
EI_CA	Feminino	5.82	1.188	-0.195	0.846
	Masculino	5.90	1.676		
EI_AF	Feminino	4.48	1.122	0.731	0.468
	Masculino	4.24	1.380		
EI_AKS	Feminino	6.24	1.057	-0.819	0.416
	Masculino	6.48	1.184		
EI_CP	Feminino	6.41	0.825	-1.476	0.146
	Masculino	6.76	0.951		
EI_CM	Feminino	6.41	0.907	-1.153	0.254
	Masculino	6.72	1.131		

* $p \leq 0.05$

Após a análise do quadro 6, pode constatar-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos em nenhuma das sub-escalas avaliadas na Escala de Importância. Assim sendo, tanto os indivíduos do sexo masculino como os do sexo feminino atribuem a mesma importância a todas as áreas avaliadas nesta escala, não existindo assim, quaisquer diferenças entre ambos.

Relativamente à comparação entre famílias no que diz respeito aos indivíduos do sexo feminino, são de salientar os resultados apresentados no quadro 7:

Quadro 7: Comparação entre indivíduos do sexo feminino no Perfil de Auto-Percepção, tendo como referência a variável família.

Variável	Família	Média	D.P.	T	<i>p</i> (2-tailed)
Compet_Esc.	F. Acolh.	15.36	2.580		
	F. Origem	17.22	3.154	-1,644	0.112
Compet_Port.	F. Acolh.	16.27	2.284		
	F. Origem	18.11	2.272	-2.110	0.044*
Compet_Mat.	F. Acolh.	13.91	3.048		
	F. Origem	15.89	4.071	-1.389	0.176
Aceit_Social	F. Acolh.	16.82	3.093		
	F. Origem	16.83	1.581	-0,018	0.986
Compet_Atlt.	F. Acolh.	15.27	1.849		
	F. Origem	14.44	1.977	1,121	0.272
Aparenc_Fis.	F. Acolh.	17.00	1.886		
	F. Origem	19.00	3.162	-1,819	0.080 ms
Aspec_Ks	F. Acolh.	17.91	2.071		
	F. Origem	17.89	2.246	0,024	0.981
Auto_Est_Glob	F. Acolh.	17.45	3.012		
	F. Origem	19.83	1.790	-2,680	0.012*

* $p \leq 0.05$ ms: marginalmente significativo

A partir da análise do quadro acima apresentado, pode destacar-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre as meninas que vivem em famílias de acolhimento e as que vivem em famílias de origem, nas sub-escalas: auto-estima global e Competência a Português (ou seja, competências ao nível da língua materna), apresentando as meninas que vivem em famílias de origem uma auto-estima global e uma percepção de competência na língua materna, mais elevada do que aquelas que vivem em famílias de acolhimento.

Os resultados encontrados na sub-escala auto-estima global são congruentes com os resultados anteriormente apresentados referentes à comparação entre os indivíduos (do sexo masculino e feminino) que vivem em famílias de acolhimento e em famílias de origem nesta dimensão do autoconceito (onde da mesma forma, os indivíduos que vivem em famílias de origem apresentaram níveis de auto-estima global superiores aos indivíduos que vivem em famílias de acolhimento).

Quanto aos indivíduos do sexo feminino, na Escala de Importância, são de salientar os resultados apresentados no quadro que se segue:

Quadro 8: Comparação entre indivíduos do sexo feminino na Escala de Importância, tendo como referência a variável família.

Variável	Família	Média	D.P.	T	<i>p</i> (2-tailed)
EI_CE	F. Acolh.	6.09	1.375	-1.925	0.065 ms
	F. Origem	6.83	0.707		
EI_AS	F. Acolh.	5.91	1.044	-0.794	0.434
	F. Origem	6.17	0.707		
EI_CA	F. Acolh.	5.73	1.421	-0.332	0.743
	F. Origem	5.88	1.054		
EI_AF	F. Acolh.	4.55	1.214	0.231	0.819
	F. Origem	4.44	1.097		
EI_AKS	F. Acolh.	5.82	0.982	-1.745	0.092 ms
	F. Origem	6.50	1.043		
EI_CP	F. Acolh.	6.27	1.009	-0.714	0.481
	F. Origem	6.50	0.707		
	F. Acolh.	6.18	0.982		

EI_CM	F. Origem	6.56	0.856	-1.080	0.290
--------------	------------------	------	-------	--------	-------

* $p \leq 0.05$ ms: marginalmente significativo

Como se pode constatar pela análise do quadro 8, não existem diferenças estatisticamente significativas entre as meninas que vivem em famílias de acolhimento e as que vivem em famílias de origem no que diz respeito à importância atribuída a cada uma das sub-escalas em estudo.

No entanto, é de salientar que parece existir uma tendência para as meninas que vivem em famílias de acolhimento, atribuírem menor importância às competências escolares do que aquelas que vivem em famílias de origem ($p = 0.065$).

Quanto às comparações efectuadas entre o autoconceito dos meninos de ambas as famílias, são de destacar os resultados que serão apresentados de seguida, nos quadros 9 e 10:

Quadro 9: Comparação entre indivíduos do sexo masculino no Perfil de Auto-Percepção, tendo como referência a variável família.

Variável	Família	Média	D.P.	T	p (2-tailed)
Compet_Esc.	F. Acolh.	16.37	3.353	-0.024	0.981
	F. Origem	16.40	3.596		
Compet_Port.	F. Acolh.	17.68	3.606	0.620	0.540
	F. Origem	16.90	2.331		
Compet_Mat.	F. Acolh.	14.74	5.152	-1.178	0.249
	F. Origem	17.20	5.731		
Aceit_Social	F. Acolh.	16.42	2.090	-2.568	0.016*
	F. Origem	18.30	1.337		

	F. Acolh.	16.58	3.388		
Compet_Atl.				0.760	0.454
	F. Origem	15.70	1.829		
	F. Acolh.	18.95	2.990		
Aparenc_Fis.				-0.318	0.753
	F. Origem	19.30	2.497		
	F. Acolh.	15.21	3.645		
Aspec_Ks				-1.168	0.253
	F. Origem	16.90	3.814		
	F. Acolh.	18.68	2.262		
Auto_Est_Glob				-1.074	0.292
	F. Origem	19.70	2.710		

* $p \leq 0.05$

Após a análise do quadro 9, pode constatar-se que apenas existem diferenças estatisticamente significativas entre meninos que vivem em famílias de acolhimento e meninos que vivem em famílias de origem da sub-escala aceitação social, demonstrando os meninos que vivem em famílias de origem uma percepção de aceitação social mais elevada do que aqueles que vivem em famílias de acolhimento.

Relativamente à Escala de Importância, obtiveram-se os seguintes resultados:

Quadro 10: Comparação entre indivíduos do sexo masculino na Escala de Importância, tendo como referência a variável família.

Variável	Família	Média	D.P.	T	<i>p</i> (2-tailed)
	F. Acolh.	6.89	0.937		
EI_CE	F. Origem	6.20	1.476	1.553	0.132
	F. Acolh.	6.32	1.455		

EI_AS	F. Origem	6.50	1.269	-0.338	0.738
	F. Acolh.	6.05	1.580		
EI_CA	F. Origem	5.60	1.897	0.685	0.499
	F. Acolh.	4.47	1.429		
EI_AF	F. Origem	3.80	1.229	1.263	0.217
	F. Acolh.	6.53	1.172		
EI_AKS	F. Origem	6.40	1.265	0.269	0.790
	F. Acolh.	6.79	0.918		
EI_CP	F. Origem	6.70	1.059	0.237	0.815
	F. Acolh.	6.89	1.150		
EI_CM	F. Origem	6.40	1.075	1.125	0.270

$p \leq 0.05$

Novamente, pode verificar-se através da análise do quadro 10 que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os meninos de ambas as famílias no que diz respeito à importância atribuída a cada uma das sub-escalas em estudo.

2. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O presente trabalho de investigação proporcionou uma oportunidade para se estabelecer algumas comparações entre a realidade psicológica e vivencial de uma amostra de crianças e pré-adolescentes que vivem em famílias de acolhimento e em famílias de origem, através da avaliação do seu autoconceito – primeiro objectivo da investigação (H1, H2, H3 e H4).

O segundo objectivo da presente investigação tem que ver com o estabelecimento de uma comparação entre os géneros, a partir da qual se estabeleceram duas hipóteses de investigação (H5 e H6).

Os dados obtidos, permitem verificar que se observam algumas diferenças entre o grupo de crianças que vivem em famílias de acolhimento e as que vivem em famílias de origem em algumas dimensões do autoconceito, bem como, se verificam algumas diferenças entre sexos, similarmente aos resultados encontrados em outros estudos.

Os resultados indicam que, a **primeira hipótese**: “Crianças que vivem em famílias de origem apresentam um autoconceito mais alto na dimensão **escolar** relativamente aquelas que vivem em famílias de acolhimento”, *não se confirma* (Quadro 1). Ou seja, as crianças que vivem em famílias de acolhimento não apresentam um autoconceito mais baixo na dimensão escolar do que as crianças que vivem em famílias de origem, como seria de esperar, tendo em conta os estudos de Connel, Spencer e Aber (1994, *cit. in* Peixoto, 2004), que salientam que o suporte emocional e social que é proporcionado pelos pais é essencial para a motivação escolar.

Esta constatação leva-nos a concluir que o facto destas crianças estarem afastadas da sua família de origem parece não estar a afectar significativamente o seu desempenho escolar, tal como se previa pela análise da literatura apresentada.

No entanto, é de destacar a existência de uma tendência ($p=0.065$) para as meninas que vivem em famílias de acolhimento atribuírem menor importância às competências escolares do que as meninas que vivem em famílias de origem, situação esta que pode aproximar os resultados obtidos por este grupo de crianças à literatura em análise. Ou seja, as meninas que vivem em famílias de acolhimento parecem tender a ser menos motivadas para a escola (atribuindo menor importância), quando comparadas com as que vivem em famílias de origem, pois como é explicado pelos autores acima mencionados, o suporte emocional e social proporcionado pelos pais é essencial.

Relativamente à **hipótese 2** de investigação: “Crianças que vivem em famílias de origem apresentam um maior autoconceito na dimensão **comportamental** do que as crianças que vivem em famílias de acolhimento”, também *não se confirma* (Quadro 3).

Tal como foi referido relativamente à hipótese 1, o facto de estarem integrados numa família de acolhimento, parece não afectar de uma forma significativa estas crianças. No entanto, é de destacar que, na Escala de Importância, parece haver uma tendência para as crianças que vivem em famílias de acolhimento, atribuírem menos importância a esta sub-escala do que as crianças que vivem em famílias de origem.

Apesar desta situação, estes resultados contrariam os resultados encontrados por Rygaard (2006), que refere que a separação precoce da mãe, pode provocar na criança perturbações da vinculação e do comportamento, bem como os resultados encontrados por Manjarrez e Nava (2002) e Connel, Spencer e Aber (1994) que salientam que o suporte emocional proporcionado pelos pais se encontra relacionado com uma percepção mais positiva de si próprio em diferentes contextos.

A **hipótese 3** “Crianças que vivem em famílias de origem apresentam um maior autoconceito na dimensão **social** do que as crianças que vivem em famílias de acolhimento”, *não se confirma* (Quadro 3).

Novamente a integração destas crianças em famílias de acolhimento parece não estar a prejudicá-las relativamente a esta dimensão social e de relação com os pares e a sociedade, o que vai contrariar os resultados encontrados noutros estudos (Bowlby, 1973, *cit. in* Canavarro, 1999; Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004; Manjarrez & Nava, 2002; Papalia, Olds & Feldman, 2001), que acima de tudo, destacam a importância da vinculação e do papel desempenhado pela família de origem no desenvolvimento saudável dos indivíduos, nomeadamente na dimensão social.

No entanto, é de destacar que apesar dos autores Papalia, Olds e Feldman (2001) e Bowlby (1973, *cit. in* Canavarro, 1999), referirem que quanto mais segura a vinculação da criança ao adulto que dela cuida, mais probabilidade existe dela conseguir desenvolver boas relações com os outros, poderá esta vinculação apesar de não ocorrer na família de origem, poder acontecer na família de acolhimento, e assim justificar os resultados encontrados.

A **hipótese 4** “Crianças que vivem em famílias de origem apresentam uma maior **auto-estima** do que as crianças que vivem em famílias de acolhimento”, *foi confirmada* (Quadro 3). Ou seja, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre a auto-estima global apresentada pelo grupo de crianças que vivem em famílias de origem e o grupo de crianças que vivem em famílias de acolhimento, apresentando estas últimas, uma auto-estima mais baixa, encontrando-se estes resultados em consonância com os de outros estudos (Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004; Manjarrez & Nava, 2002; Rygaard, 2006; Peixoto, 2004), que nos revelam que a privação da família de origem e das principais figuras de vinculação, provoca nas crianças sentimentos de abandono e de insegurança e uma imagem menos positiva de si.

Estes resultados mostram-se ainda mais salientes, quando é analisado o grupo dos indivíduos do sexo feminino, onde se verifica a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as meninas que vivem em famílias de acolhimento e as que vivem em famílias de origem, apresentando estas últimas maiores níveis de auto-estima global do que as primeiras. No entanto, o mesmo não se verifica, quando é analisado o grupo de indivíduos do sexo masculino. Assim sendo, parecem não existir diferenças entre a auto-estima global dos meninos que vivem em famílias de acolhimento e dos meninos que vivem em famílias de origem.

Desta forma, e após esta análise, pode verificar-se que os resultados apresentados na hipótese 4, estão directamente relacionados com a percepção das meninas que vivem em famílias de acolhimento, e não tanto, em relação aos meninos na mesma situação. Este facto, pode ser explicado relativamente às diferenças de género, uma vez que o sexo feminino sendo notoriamente mais sensível e emotivo (Lorenzi_Cioldi, 1994, *cit. in* Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003), pode levar estes indivíduos a perceberem-se de uma forma diferente dos indivíduos do sexo masculino (tendo em conta a sua história de vida).

A **hipótese 5** “Crianças do sexo masculino apresentam um maior autoconceito na **dimensão atlética** do que as crianças do sexo feminino”, *foi confirmada* (Quadro 5). Tal como

era esperado, verificam-se diferenças estatisticamente significativas entre ambos os sexos na dimensão atlética, demonstrando os indivíduos do sexo masculino, um maior autoconceito do que os do sexo feminino. Estes resultados vão de encontro aos que foram encontrados noutros estudos (Harter, s.d., *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Marsh, 1989, *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Veiga, 1995).

A **hipótese 6** “Crianças do sexo feminino apresentam melhores níveis de autoconceito na **dimensão social** do que os indivíduos do sexo masculino”, *não foi confirmada* (Quadro 5). Ou seja, contrariamente aos resultados encontrados por outros autores (Harter, 1999, *cit. in* Shapka & Keating, 2005; Marsh, 1989, *cit. in* Shapka & Keating, 2005), parecem não existir diferenças entre as competências sociais das crianças do sexo masculino e as do sexo feminino.

Por outro lado, quando é analisado apenas o grupo de indivíduos do sexo masculino, tendo em consideração a variável família, verifica-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os dois grupos de crianças, já que os meninos que vivem em famílias de origem se percebem como mais aceites socialmente do que os que vivem em famílias de acolhimento.

Estes resultados vêm justificar e apoiar a literatura (Bowlby, 1973, *cit. in* Canavarro, 1999; Connel, Spencer & Aber, 1994, *cit. in* Peixoto, 2004; Manjarrez & Nava, 2002; Papalia, Olds & Feldman, 2001), que defende a importância da vinculação e da família de origem no desenvolvimento saudável dos indivíduos, nomeadamente, ao nível da integração na sociedade e consequente percepção de aceitação social.

No entanto, é de destacar um outro resultado, igualmente importante, e que não se encontra contemplado nas hipóteses em estudo. Salienta-se então que as crianças do sexo feminino ($M=17.90$) apresentam um maior autoconceito na dimensão comportamental do que as crianças do sexo masculino ($M=15.79$), com uma significância de $p=0.011$.

Estando esta dimensão bastante relacionada com a dimensão social, estes resultados são também compreensíveis, e bastante consonantes com o que é esperado socialmente das meninas, ou seja, que sejam bem comportadas, sendo este facto bem mais valorizado no sexo feminino do que no sexo masculino.

Todos os resultados que levaram a que as hipóteses (H1, H2, H3, H6) fossem infirmadas, podem ser o resultado de:

- Nesta amostra, poder existir uma boa adaptação / integração das crianças nas famílias de acolhimento familiares, que leva a que as crianças acolhidas sejam capazes de interiorizar uma imagem mais saudável e positiva de si e do mundo que as rodeia;
- Existência de algum disfuncionamento familiar nas famílias de origem, que não foi avaliado;

- Nesta amostra, poder existir um contacto saudável entre a família de acolhimento familiar e a família de origem, que leva a uma triangulação de afectos (Família de Origem – Criança – Família de Acolhimento Familiar) bastante positiva psicoemocionalmente para a criança;

- Tamanho da amostra ser reduzido para ambos os grupos;

- Qualidades Psicométricas da adaptação utilizada ainda não estar totalmente estabelecida.

Desta forma, parecem não existir grandes diferenças entre os dois grupos de crianças nas diferentes dimensões em análise.

Por sua vez, os resultados que levaram a que a hipótese 4 fosse confirmada, levam-nos a concluir que a família de origem e o contacto regular e saudável com as figuras de vinculação, são sem dúvida essenciais para que as crianças possam ter uma auto-estima global mais positiva, ou seja, que se avaliem pessoalmente de uma forma positiva e que sintam que são amadas e respeitadas pelos seus significativos, isto é, que se percepcionem como crianças felizes.

3. CONCLUSÃO

De uma forma geral, os objectivos propostos para o estudo foram alcançados. Apesar de apenas duas hipóteses terem ido de encontro aos estudos elaborados por outros autores, as hipóteses levantadas através desta modesta contribuição para a investigação, podem ser o ponto de partida para futuras investigações no âmbito do acolhimento familiar em Portugal. A investigação neste contexto, é sem dúvida, uma necessidade crescente no nosso país, dada a falta de dedicação ao tema, e a enorme importância do mesmo.

Como foi anteriormente salientado, tem vindo a aumentar o número de crianças retiradas das suas famílias de origem e colocadas em famílias de acolhimento ou em qualquer outra situação de acolhimento. Por isso, o estudo do autoconceito apresenta-se como uma mais valia, na medida em que este é um constructo que vale a pena ser investido pois, influencia de forma decisiva, a personalidade e as experiências pessoais de cada indivíduo.

O autoconceito resulta de uma série de factores do desenvolvimento, nomeadamente da vinculação e das relações mais precoces com pessoas significativas, das quais os pais são a imagem mais marcante.

Tal como é referido por Faria (2003), o autoconceito está relacionado com um maior bem-estar e uma melhor qualidade de vida sendo que, desta forma, torna-se essencial intervir para a sua promoção, de modo a que possa proporcionar-se uma maior realização dos indivíduos, nos diferentes contextos de vida.

As crianças que vivem em famílias de acolhimento, tornam-se assim, uma população-alvo para a referida intervenção, na medida em que, por diferentes motivos se viram privadas do

contacto regular e saudável com a sua família de origem, o que lhes poderá provocar consequências psicológicas menos positivas, resultado dos *working models*, que elaboraram (percepção de si, dos outros e do mundo que os rodeia) (Bowlby, 1973, *cit. in* Rodrigues *et al.*, 2004).

Assim sendo, tal como é referido na literatura, as crianças que vivem em famílias de acolhimento familiares, poderão apresentar conceitos de si bastante negativos, o que culminará num baixo autoconceito e numa baixa auto-estima. O presente estudo, ao contrário da literatura, chegou à conclusão de que, nesta amostra, parecem não existir grandes diferenças no que diz respeito ao autoconceito destas crianças comparativamente com as crianças que vivem em famílias de origem nas diferentes dimensões do mesmo, à excepção da auto-estima global e da diferença entre géneros na competência atlética.

Apesar de tudo, e ainda que disfarçado pelo bom trabalho das famílias de acolhimento, o autoconceito destas crianças, parece atingido de forma bastante significativa, na dimensão da auto-estima global que constitui a parte mais emocional e afectiva deste constructo. Ou seja, estas crianças parecem perceber-se como menos felizes com a sua vida do que aquelas que vivem em famílias de origem, tal como seria de esperar.

É assim urgente: avaliar, investigar e intervir junto da população de crianças acolhidas em Portugal, para que constructos psicológicos tão importantes e decisivos na futura personalidade de cada criança, como o autoconceito, sejam promovidos.

REFERÊNCIAS

- Aboim, S. (2003). Evolução das Estruturas Domésticas, *Sociologia, Problemas e Praticas*, 43, pp.13-30.
- Abrunhosa, M.A. & Leitão, M.(1998). *Psicologia*. Porto, Areal Editores.
- Alarcão, M. (2002). *(des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra, Quarteto Editora.
- Albuquerque, C. M. S. & Oliveira, C. P. F. (s.d.). Características Psicológicas Associadas à Saúde: A Importância do Auto-Conceito. [Em linha]. Disponível em http://www.ipv.pt/millennium/Millennium26/26_22.htm. [Consultado em 15/04/07].
- Almeida, I. C. (2004). Intervenção Precoce: focada na criança ou centrada na família e na comunidade?, *Análise Psicológica*, 1 (22), pp. 65-72.
- Balancho, L. S. F. (2004). Ser Pai: Transformações Intergeracionais na Paternidade, *Análise Psicológica*, 2 (22), pp. 377-386.
- Barker, P. (2000). *Fundamentos da Terapia Familiar* (F. Andersen, trad.). Lisboa, Climepsi Editores. (trabalho original publicado em 1998). No texto: (Barker, 1998, 2000).
- Berger, K.S. (2003). *The developing person – Through childhood and adolescence*. New York, Worth Publishers.
- Bergner, R. M. & Holmes, J. R. (2000). Self-Concepts and Self-Concept change a status dynamic approach, *Psychotherapy: Theory, Research, Practice*, 37 (1), pp. 36-44.
- Bléandonu, G. (coord.) (2003). *Apoio Terapêutico aos Pais* (M. C. Fernandes, trad.). Lisboa, Climepsi Editores. (Trabalho original publicado em 2001). No texto: (Rygaard, 2001, 2003).
- Bisquerra, R., Sarriera, J. C. & Martínez, F. (2004). *Introdução à Estatística – Enfoque informático com o pacote estatístico SPSS*. Porto Alegre, Artmed editora.
- Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss*. New York, Basic Books.

Borges, G. F. (1997). Interacção Familiar e desenvolvimento pessoal, *Psychologica*, 17, pp. 49-62.

Brace, N.; Kemp, R. & Snelgar, R. (2000). *SPSS for psychologists: A guide to data analysis using SPSS for windows*. London, Palgrave Macmillan.

Brazelton, T.B. & Greenspan, S. I. (2002). *A criança e o seu mundo – Requisitos essenciais para o crescimento e aprendizagem*. Lisboa, Editorial Presença.

Canavarro, M. C. S. (1999). *Relações Afectivas e Saúde Mental*. Coimbra, Quarteto Editora.

Carapeta, C., Ramires, A. C. & Viana, M. F. (2001). Auto-Conceito e Participação Desportiva, *Análise Psicológica*, 1 (19), pp. 51-58.

Costa, A. R. (2007). *Competência Percebida: Comparação entre alunos com Altas e Sem Altas Capacidades Cognitivas*. Dissertação do Diploma de Estudos Avançados apresentada à Faculdade de Psicologia da Universidade de Santiago de Compostela.

Coutinho, M. T. B. (2004). Apoio à Família e Formação Parental, *Análise Psicológica*, 1 (22), pp. 55-64.

Decreto-Lei nº 190/92 de 2 de Setembro.

Delgado, P. (2006). *Os Direitos das Crianças da Participação à Responsabilidade: O Sistema de Protecção e Educação das Crianças e Jovens*. Porto, Profedições, Lda.

Diniz, J. S. (1997). *Este meu filho que eu não tive – A adopção e os seus problemas* (2ª ed). Porto, Edições Afrontamento.

Faria, L. (2005). Desenvolvimento do auto-conceito físico nas crianças e nos adolescentes, *Análise Psicológica*, 4 (23), pp. 361-371.

Faria, L., Pepi, A. & Alesi, M. (2004). Concepções pessoais de inteligência e auto-estima: Que diferenças entre estudantes portugueses e italianos?. *Análise Psicológica*, 4 (23), pp. 747-764.

Faria, L. (2003). A Importância do Auto-Conceito em contexto escolar. In: *Psicologia, Sociedade & Bem-Estar*. (Pires, C. M. L.; Costa, P. J. , Brites, S., & Ferreira, S.), Leiria, Editorial Diferença.

Ferreira, S. A., Pires, A. & Salvaterra, F. (2004). Filho do Coração... Adopção e Comportamento Parental, *Análise Psicológica*, 2 (22), pp. 399-411.

Fontaine, A. M. & Faria, L. (1995). Reflexões sobre adaptação de um instrumento de autoconceito a crianças e pré-adolescentes: Self-perception profile for children (SPPC) de Harter, *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, 3, pp. 323-330.

Funk, J. B., Ph. D., Buchman, D. D., M. S., R. N. & German, J. N. (2000). Self-Concept. *American Journal of Orthopsychiatry*, 70(2).

Gil, G. (2006). As histórias das crianças: Um estudo sobre competência e capacidade narrativa com crianças em situação de pobreza, *Análise Psicológica*, 4 (24), pp. 467-484.

Gleitman, H., Fridlund, A. & Reisberg, D. (2003). *Psicologia* (6ª ed). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gleitman, H.(1999). *Psicologia*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Gonçalves, M. J. (2003). Aumentar a resiliência das crianças vítimas de violência, *Análise Psicológica*, 1 (21), pp. 23-30.

Harter, S. (1985). *Manual for the Self-Perception Profile for Children*. Denver, CO: University of Denver.

Leandro, S. & Freire, T. (2003). *Metodologia da investigação em psicologia e educação* (3ª ed). Braga, Psiquilíbrios.

Manjarrez, A.E. & Nava, B. C. (2002). *Autoconceito e autoestima em crianças maltratadas e crianças de famílias intactas*. [Em Linha]. Disponível em <http://www.psicologia.com.pt/artigos/imprimir.php?codigo=A0104>. [Consultado em 15/03/07].

Martins, P.C. (s.d.). *O acolhimento familiar como resposta de protecção à criança sem suporte familiar adequado*. Braga, Universidade do Minho.

Martins, T. O. (199). Autoconceito dos alunos com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento, *Psicologia, Educação e Cultura*, 3, 73-88.

Martins, M. A., Peixoto, F., Mata, L. & Monteiro, V. (1995). Escala de Auto-Conceito para crianças e pré-adolescentes de Susan Harter, *Provas Psicológicas em Portugal*, 1, pp. 79-89.

Maslow, A. H. (1970). *Motivation and Personality*. New York, HarperCollins Publishers.

Minuchin, P., Colapinto, J. & Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com Famílias Pobres* (M. F. Lopes, trad.). Porto Alegre, Artmed Editora. (Trabalho original publicado em 1998). No texto: (Minuchin, Colapinto & Minuchin, 1998, 1999).

Montagner, H. (1990). *A Vinculação – A Aurora da Ternura*. Lisboa, Instituto Piaget.

Osório, L. C. & Valle, M. E. (2002). *Terapia de Famílias – Novas Tendências*. Porto Alegre, Artmed Editora.

Papalia, D. E., Olds, S. W. & Feldman, R. D. (2001). *O Mundo da Criança*. Lisboa, Editora McGraw-Hill.

Peixoto, F. (2004). Qualidade das relações familiares, auto-estima, autoconceito e rendimento académico, *Análise Psicológica*, 1 (22), pp. 235-244.

Pereira, D. & Canavarro, M. C. (2004). Uma perspectiva ecológica sobre o comportamento parental em situação de maus-tratos na infância: Implicações para a intervenção, *Psychologica*, 36, pp. 131-148.

Poeschl, G., Múrias, C. & Ribeiro, R. (2003). As Diferenças entre os Sexos: Mito ou Realidade?, *Análise Psicológica*, 2 (21), pp. 213-228.

Portal do Voluntário. [Em Linha]. Disponível em <http://www.portaldovoluntario.org.br>. [Consultado em 20/10/2007].

Ramos, D. (2006). Crianças em risco: Família de acolhimento com dificuldades – Segurança Social falha pagamentos. Disponível em <http://www.correioamanha.pt/noticiaImprimir.asp?idCanal=0&id=189147>. [Consultado em 10/08/07].

Rebelo, P. V. (2004). Família, Género e Insucesso Escolar, *Psicologia, Educação e Cultura*, 8 (1), pp. 53-66.

Relvas, A. P. (2003). *Por detrás do Espelho – da teoria à Terapia com a Família*. Coimbra, Quarteto Editora.

Ribeiro, J. (1999). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde*. Lisboa, Climepsi.

Rygaard, N. P. (2006). *A criança abandonada* (J. N. Almeida, trad.). Lisboa, Climepsi Editores. (Trabalho original publicado em 2005). No texto: (Rygaard, 2005, 2006).

Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C. & Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes, *Análise Psicológica*, 4 (21), pp. 643-665.

Roncon, P. (2003). Abordagens familiares face ao autismo, *Análise Psicológica*, 1 (21), pp. 53-57.

Rosinha, I. (2005). Abandono e Adopção. In: Sá, E., Sottomayor, M. C., Rosinha, I. & Cunha, M. J. *Abandono e Adopção*. Coimbra, Edições Almedina.

Sampaio, D. & Gameiro, J. (2002). *Terapia Familiar*. Lisboa, Edições Afrontamento.

Sani, A. I. (2002). *As Crianças e a Violência*. Coimbra, Quarteto Editora.

Santos, M. J. A. (2004). Algumas notas acerca da consulta de psicologia clínica, *Análise Psicológica*, 4 (22), pp. 677-682.

Shapka, J. D. & Keating, D. P. (2005). Structure and Change in Self-Concept during Adolescence, *Canadian Journal of Behavioural Science*, 37(2), pp. 83-96.

Shavelson, R. J. & Bolus R. (1982). Self-Concept: The Interplay of Theory and Methods., *Journal of Educational Psychology*, 74, (1), pp. 3-17.

Silva, P. C., Eira, C., Vicente, M. G. & Guerreiro, R. (2003). Promoção do Desenvolvimento Psicossocial das crianças através dos Serviços de Cuidado de Saúde Primários, *Análise Psicológica*, 1 (21), pp. 59-76.

Stevanato, I. S., Loureiro, R. S., Linhares, M. B. M. & Marturano, E. M. (2003). Autoconceito de Crianças com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento, *Psicologia em Estudo*, 8 (1), pp. 67-76.

Tran-Thong (1985). *Estádios e Conceito de Estádio de Desenvolvimento da Criança na Psicologia Contemporânea* (M. Maia, trad.). Porto, Edições Afrontamento. (Trabalho original publicado em 1967). No texto: (Tran- Thong, 1967, 1985).

Tribuna, F. & Relvas, A. P. (2002). Famílias de Acolhimento. In: Relvas, A. P. & Alarcão, M. (coords). *Novas Formas de Família*. Coimbra, Quarteto Editora.

Vayer, P. & Roncin, C. (1988). *Psicologia Actual e Desenvolvimento da Criança*. Lisboa, Edições Instituto Piaget.

Veiga, F. H. (1995). *Transgressão e Autoconceito dos Jovens na Escola*. Lisboa, Fim de Século Edições.

Veríssimo, M., Monteiro, L., Vaughn, B. E. & Santos, A. J. (2003). Qualidade da Vinculação e Desenvolvimento Sócio-Cognitivo, *Análise Psicológica*, 4 (21), pp. 419-430.

Serra, A. V. (1986). A Importância do Auto-Conceito, *Psiquiatria Clínica*, 7 (2), pp. 57-66.

Serra, A. V. (1988). O Auto-Conceito, *Análise Psicológica*, 2 (6), pp. 101-110.